



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PsiCC-UnB

**‘EU ACREDITO É NA RAPAZIADA’: PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
NEGROS/AS E PERIFÉRICOS/AS NA UNIVERSIDADE**

Franciele Costa Silva

Brasília - DF

2023

Franciele Costa Silva

‘EU ACREDITO É NA RAPAZIADA’: PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
NEGROS/AS E PERIFÉRICOS/AS NA UNIVERSIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa

Brasília - DF

2023

Universidade de Brasília – UnB. Instituto de Psicologia – IP. Departamento de Psicologia Clínica. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PsiCC-UnB.

Dissertação intitulada “‘Eu acredito é na rapaziada’: permanência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade” de autoria da mestranda Franciele Costa Silva, aprovada pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa - Presidente

Instituição: PsiCC/PCL/IP/UnB

Prof^a. Dra. Maisa Miralva da Silva – Membro Externo

Instituição: UFG

Prof^a. Dra. Cláudia de Oliveira Alves – Membro Interno

Instituição: PsiCC/PCL/IP/UnB

Prof^a. Dra. Larissa Polejack Brambatti – Membro Suplente

Instituição: PsiCC/PCL/IP/UnB

Brasília, DF, dezembro de 2023

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, DF, CEP: 70910-900.

Apoio financeiro: Este estudo recebeu o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), mediante a concessão de Bolsa de Mestrado - 08/2022 a 06/2023 e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mediante a concessão de Bolsa de Mestrado - 07/2023 a 11/2023.



Dedico esse trabalho ao Amor que segue me segurando, dando forças pra que eu não desista e possa acreditar em mim e nas pessoas. À minha família querida que me acompanha, que sonhou antes de eu chegar aqui e que me incentiva a continuar e a vencer. Às referências amigas que vieram antes e que fazem a minha caminhada não ser tão solitária. A todas as pessoas que de alguma forma construíram comigo esse trabalho. Ao José Luiz, ao João Pedro, ao Miguel, Breonna, Ágata, Cláudia, Beto, Ahmaud, George e a todas as pessoas negras que foram impedidas de estudar e de viver. Eu não me esqueço de vocês. E tô aqui por vocês também!

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos deve ser o momento de escrita mais fácil desse trabalho. Ainda assim, pode ser que eu não consiga agradecer a todas as pessoas que o tornaram possível. Agradeço a Deus, a Nossa senhora, a todos os amigos e amigas do céu que intercederam por mim, pra que eu não desistisse. Sem a fé que não é só minha, eu não teria chegado aqui, não teria permanecido, e nem viveria esse momento importante.

Agradeço a família incrível que eu tenho, mãe Francisca, de descendência indígena, e pai José, homem negro, ambos nordestinos e pobres, que sonharam e com suas posturas coletivas e ancestrais me ensinaram e lutaram pra que eu tivesse acesso à educação pública, que é um direito, e que ambos infelizmente não tiveram oportunidade de acessar pra além das séries iniciais. Obrigada por terem sonhado com uma filha ‘meste’. Amo vocês!

Aos amigos que Deus me deu em casa, Joyce e Junior. Irmã e irmão, amo vocês. Obrigada pelo incentivo, parceria, presença, partilha, cuidado, correção. Obrigada pela presença real e fiel. Por cada palavra, cada gesto, cada cuidado. Sem palavras é o amor que tenho por vocês e o tanto que vocês me ensinam. Que a gente siga juntos pra vida toda!

A toda a minha família extensa, em especial vovó Vicência, mulher negra em seus 93 anos e matriarca da família, tia Socorro, tio Francisco, primos Danilo e Mário, prima Tainara. A quebrada, as pessoas da quebrada em que nasci, vivo e que me forjam como pessoa e me potencializam como pesquisadora. Que me provocam a lutar por direitos, pelas nossas vidas, pela educação e por oportunidades, mesmo a experiência acadêmica sendo ainda tão distante pra nós.

Como nos versos dos sábios Cidinho & Doca, “eu só quero é ser feliz (...) e poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar”. E as referências, Os Racionais MC’s: “O dinheiro tira um homem da miséria, mas não pode arrancar, de dentro dele, a favela”. É esse compromisso, como já diria Sabotage, que me faz escrever essa pesquisa.

À Sabrina, amiga de anos que mesmo enfrentando situações muito difíceis na UnB nunca deixou de me dar dicas de sobrevivência, Naná que partilha comigo a fé, o Vasco, nossa amizade roseira há mais de dez anos, Thay com quem partilho tantas inquietações, vida, nossas vivências periféricas, Paula amiga que é anjo, sentou comigo pra organizar as ideias e me apresentou alternativas pra eu não desistir. Joycinha que parece uma irmã que encontrei na vida, Pry e Rafa, desde o nosso quarteto na graduação, Rita que é irmã mais velha, mesmo que não seja de sangue.

Amigas Di, Alice, Andressa e amigo Dani por estarem comigo desde quando eu quase não falava, mas me sentia totalmente pertencente na escola, pela companhia de vocês. Lidi, Thais, Carol, Cleo, Shirley, Angélica, Ludi, Lu, Genny e Kenned. Às amigadas que fiz aqui na pós, em

especial a Mel, que me fez sentir que eu não estava só e que me recorda que a nossa história precisa ser contada por nós, Letícia pela risada, as caronas, as conversas, Félix por acreditar em mim e me incentivar, Ana, Amanda, Fabi, Elen. Ao reencontro com a Neivinha. Por vocês não terem uma postura de competição, mas sim de construção coletiva, de alegria, partilha, afeto, trocas e potencialidades que é raro de encontrar nos espaços de modo geral.

À Ari, amiga que chegou na pandemia, em um dos momentos mais difíceis da minha vida e me ensina a amar, mesmo que eu não tenha muito a oferecer em troca e que, juntamente com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, e o Projeto Pré-Pós me incentivaram a acreditar no meu sonho de fazer mestrado. Como é importante ter pessoas que acreditam, caminham junto, seguram sua mão. Obrigada amigos e amigas!

Obrigada à professora Natália Savione, ao professor Paulo Vinícius, ao professor Vanderlei Ramos, à professora Andrea Knabem, à minha tutora, querida professora Claudia Cobalchini, aos colegas que me incentivaram a acreditar na Pós-Graduação com pessoas negras, quilombolas, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas nortistas, nordestinas, lgbtqia+, diversas no Projeto de Formação Pré-Acadêmica na Pós da Universidade Federal do Paraná - UFPR (Pré-Pós). À banca do Pré-Pós e ao compromisso de toda a equipe para que nós pudéssemos ocupar a universidade, que é nossa por direito. Agradeço também às e os intérpretes de Libras.

Agradeço às professoras Sheila Murta e Larissa Polejack. Obrigada pelo acolhimento, carinho e humanidade, vocês fizeram eu me sentir pertencente, mesmo e principalmente entre as lágrimas. Agradeço ao professor Pedro pelas trocas, pela energia e pela disposição à escuta e parceria na luta. Ao professor Mário Theodoro, do Programa de Direitos Humanos, que me possibilitou a alegria de ter um professor negro em uma turma de maioria negra, na pós-graduação da UnB, que é muito raro.

Agradeço em especial ao professor Ileno Izídio, orientador, pela coragem de sempre de acolher trabalhos diversos. Obrigada por me escolher assim como eu escolhi o senhor! O senhor é uma referência, sendo homem negro e professor. Obrigada por cuidar dos/das estudantes que mais sofrem na universidade no Decanato de Assuntos Comunitários. Obrigada por vê-los/las e buscar traçar rotas de cuidado para uma universidade melhor.

Agradeço ao secretário do Programa Antônio pela atenção e resposta em todos os momentos. Agradeço as representantes discentes, em especial a Joice Macedo por toda disponibilidade e auxílio. Obrigada ANPSINEP - DF, por me mostrar que a Psicologia pode ser preta, pro nosso povo, afetiva e que faz comunidade. Obrigada Lenir, Cris, Ana! Agradeço ao LACRI, ao FICA, por me mostrarem que a UnB também é negra, coletiva e se organiza. Obrigada a Comissão de Raça, Povos Indígenas e Povos Tradicionais do CRP 01. Obrigada aos

psicólogas/os negras/os de Gestalt-terapia! Obrigada à querida psicóloga Rafaela Rodrigues!

Agradeço aos e às ancestrais. Aos que vivem, e aos que seguem nos inspirando para a eternidade. Conhecer-los/las fez com que a escrita, as leituras fossem mais significativas. Mesmo sendo difícil, é importante seguir. Eu não ando só. Agradeço a Marizete Gouveia pelo seu trabalho referência na psicologia, no Programa e na universidade com pessoas negras. A professora Cláudia, a quem não tive a oportunidade de estar em sala, mas que por ser a única mulher negra professora desse Programa me afirma que não é fácil, mas que é possível. A Carol Saraiva, Emely, Vini e José Muteca em quem acredito e que acreditam em mim. Obrigada!

A todas as pessoas trabalhadoras da UnB, aos estudantes, principalmente estudantes pretos, pretas, indígenas e minorias que colorem esse lugar e o fazem ser um espaço diferente também, mesmo ainda nas possíveis estruturas velhas. A todas as pessoas que acreditam e lutam pela transformação da realidade, por um país melhor, um mundo melhor, uma UnB melhor. Obrigada as pessoas que encontrei nas disciplinas e salas de aula. Obrigada as e os colegas de orientação, Naná, Carol, Thais, Rannife, Geise, Letícia, Paulo, José e Denise.

Muito obrigada às professoras Dra. Cláudia de Oliveira, Dra. Larissa Polejack e Dra. Maisa Miralva por terem aceitado, gentilmente, o convite de participar de nossa banca. Obrigada pela disponibilidade, visão e comentários que enriquecem esse estudo!

Agradeço à Sabrina e Victor, por terem estado comigo na disciplina de estágio e terem sido as melhores pessoas. Obrigada pelo acolhimento! Agradeço à FAPDF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que, cada uma a seu tempo, possibilitaram com a bolsa que eu pudesse realizar o sonho de estudar com apoio financeiro. Que mais pessoas possam também!

Mesmo que seja utopia ou ilusão querer mudar o mundo, existem pessoas que acreditam nessa alternativa e é com elas que sigo, mesmo contra a corrente, e quero que a Psicologia aprenda a valorizar a vivência negra, que seja de fato antirracista e pra todas as pessoas, para além dos discursos. Com fé em Deus e na rapaziada, quero também abrir caminhos. Que as pessoas que virão se vejam na academia, psicologia, onde quiserem estar. Grata pela oportunidade e escuta.

“O Rap é compromisso, ladrão,
não é viagem”.

- Sabotage

“que neste trabalho assumimos
nossa própria fala. Ou seja, o lixo
vai falar, e numa boa”.

– Lélia Gonzalez

“Escrever é uma maneira de
sangrar”

– Conceição Evaristo

“Aí, maloqueiro, aí, maloqueira
Levanta essa cabeça
Enxuga essas lágrimas, certo?
Respira fundo e volta pro ringue
Cê vai sair dessa prisão
Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do Sol,
entendeu?
Faz isso por nós
Faz essa por nós
Te vejo no pódio”.

- Emicida

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO----- | 13 |
| Capítulo 1 – COMO CHEGAMOS AQUI – A QUESTÃO NEGRA E AS LUTAS POR DIREITOS ----- | 31 |
| 1.1. E essa periferia? ----- | 41 |
| Capítulo 2 - REVISITAR A EXISTÊNCIA DO (NÃO) LUGAR DAS PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE ----- | 45 |
| 2. 1. “Viver entre o sonho e a sobrevivência” – Políticas de permanência ----- | 66 |
| Capítulo 3 – A ESCRE-VIVÊNCIA E RESULTADOS ----- | 73 |
| CONCLUSÕES (OU FINALIZAÇÕES POSSÍVEIS) ----- | 89 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 92 |
| REFERÊNCIAS ----- | 95 |
| ANEXOS ----- | 100 |
| Anexo 1 – Lista de Siglas ----- | 106 |
| Anexo 2 – Lista de Figura e Tabela ----- | 108 |

RESUMO

Essa dissertação tem como tema a permanência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade pública. Entende-se que a presença dessas e desses novos atores no âmbito da educação superior tem se ampliado a cada dia, em função das lutas históricas dos movimentos negros e sociais que reverberaram em políticas federais e também no âmbito das universidades, apesar das violências como o racismo. Verifica-se a relevância da Lei 12.711 de 2012, que institui a obrigatoriedade de todas as universidades e institutos públicos de reservar 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, de renda per capita baixa e que se encontrem nos critérios de raça para estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência. Diante dessa grande vitória, faz-se o questionamento de que políticas e ações favorecem a permanência desses e dessas estudantes. Utilizou-se o método de revisão integrativa dos artigos que tivessem como descritores estudantes negros, universidade e permanência, em seguida pela apresentação do Decreto que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a legislação referente a essa medida, recentemente publicada e aprovada no âmbito da Universidade de Brasília – UnB. A análise foi realizada a partir da busca de articulação dos fatores que sejam necessários para a permanência de estudantes negros/as e periféricos na universidade, dentro de uma perspectiva interseccional que visa a compreensão das dinâmicas institucionais e desafios dessas pessoas para a conclusão de seus cursos e presença saudável na universidade para além da permanência material, que é essencial. Alguns resultados a partir da articulação com a escrevivência cunhada por Conceição Evaristo, de relatos pessoais e de estudantes apontam para a necessidade, portanto, de pesquisas de campo para se chegar à singularidade e particularidade do fenômeno e escuta direta desses e dessas estudantes que vivenciam a realidade da universidade e são alvo dessas políticas de assistência. De modo que sejam também participantes e protagonistas nessa construção, validação das ações que tem sido importante nesse processo, e também de propor novas áreas em que possivelmente haja lacunas de ação por parte da universidade.

Palavras-chaves: Estudantes negros e periféricos; universidade; escrevivência; permanência

ABSTRACT

This dissertation thematizes the permanence of black and peripheral students in the public university. It is understood that the presence of these and these new actors in the field of higher education has expanded every day, due to the historical struggles of black and social movements that reverberated in federal policies and also in the scope of universities, despite violence such as racism. The relevance of Law 12.711 of 2012 is verified, which establishes the obligation of all universities and public institutes to reserve 50% of the vacancies for students from public schools, with low per capita income and who meet the criteria of race for black, indigenous students and people with disabilities. In the face of this great victory, the question arises as to what policies and actions favor the permanence of these students. The method of integrative reviewing the articles was used, which had as descriptors black students, university and permanence, then the presentation of the Decree that institutes the National Student Assistance Program and the legislation related to this measure, recently published and approved within the scope of the University of Brasília – UnB. The analysis was carried out from the search for articulation of the factors that are necessary for the permanence of black and peripheral students in the university, within an intersectional perspective that aims to understand the institutional dynamics and challenges of these people for the completion of their courses and healthy presence in the university beyond the material permanence, which is essential. Some results from the articulation with the *escrevivência* coined by Conceição Evaristo, from personal reports and reports of others students point to the need, therefore, for field research to arrive at the singularity and particularity of the phenomenon and to listen directly to these students who experience the reality of the university and are the target of these care policies. So that they are also participants and protagonists in this construction, validation of the actions that have been important in this process, and also to propose new areas in which there may be gaps in action on the part of the university.

Keywords: Black peripheral students; university; *escrevivência*; permanence

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, verifica-se o crescimento da presença de jovens negros e negras na universidade a partir de políticas de inserção como a Lei das Cotas (2012) e de políticas de assistência como o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (2010) e nas universidades particulares do Programa Universidade para Todos – PROUNI (2005) e o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, criado em 2001 (MEC, 2015). Realidade que, antes da implementação dessas políticas, era muito rara devido ao histórico processo de dificuldade da população negra de acessar direitos. Dificuldade que foi imposta à essa população, inclusive o direito à educação e a saúde, que faz parte da história do Brasil e sua herança escravagista. Essa “terra escravista, racista e sexista”. (Ratts, 2007, p. 19).

De pronto ressaltamos que essa presença negra nas universidades se deu pela mobilização da população negra, através de lutas organizadas que entendiam a educação como um espaço possível de ascensão social e de possibilidade de mudança das realidades em que as pessoas negras se encontravam, sendo deixadas à própria sorte pelo Estado depois do período colonial. Por meio de lutas coletivas dos movimentos negros e sociais que forjaram o alcance dessas políticas tão necessárias que são determinantes para uma virada na história do país em vista da reparação de um passado colonial e na construção das universidades brasileiras (Gomes, 2012).

Diante dessas políticas instituídas como a conhecida Lei nº 12.711 de 2012 que estabelece a reserva de vagas para 50% de estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública nas instituições e universidades federais, visando assim abranger pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas de baixa renda que são a população que menos acessava o ensino superior até então no Brasil, sendo uma política de cunho social e racial. Nessa mudança, foi possível obter o dado de que a população negra, composta por pretos e pardos, foi em 2018, maioria nesse espaço, sendo 50,3% das pessoas nas universidades brasileiras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019).

O dado em si pode ser animador, mas precisa ser esmiuçado para se compreenderem todas as dinâmicas que o atravessam, já que essa situação em si não resolve todas as iniquidades históricas que atravessam a inserção e a permanência de estudantes negros e negras na universidade (Tavares, 2020). A começar que a população negra ainda é subrepresentada nas universidades diante da proporção populacional de pessoas negras, e da realidade que infelizmente tem ocorrido desde a implantação da Política de Cotas nas universidades, que é “a fraude no sistema de cotas, que provocou a autodeclaração de estudantes brancos que se autodeclararam negros” (Moreira, 2021, p. 132) que é um crime.

Mesmo diante desses avanços, ainda se encontram dados que comprovam a desigualdade. Por exemplo, a porcentagem de estudantes brancos, na faixa etária de 18 a 24 anos que já haviam finalizado ou frequentavam o ensino superior era o praticamente o dobro da população preta e parda, sendo 36,1% para jovens brancos/as e 18,3% para jovens negros/as (IBGE, 2019). O que denota lacuna na relação de igualdade de acesso e permanência dessas pessoas no espaço da universidade.

Ao compreender que mesmo que essas novas realidades tenham composto o cenário do ensino superior público brasileiro, fica a questão de como tem sido essa nova realidade para jovens negros e negras que tem sido os primeiros a ter o direito de acessar a esse patamar de educação formal em seus meios sociais e familiares, e que são atravessados/as por uma realidade totalmente diferente da sua, fazendo com que essas pessoas se sintam não pertencentes a esse espaço que lograram justamente como um direito.

De fato, a realidade de que a universidade se constituiu como um espaço que não pertencia às pessoas negras tem seus efeitos em como essas pessoas se sentem, reagem a esse ambiente, que pode ser considerado uma conquista, ou uma maldição. Um espaço que em sua história é composto por uma outra cultura, que não considera a cultura e conhecimento dessas pessoas que chegaram. Isso atravessa a forma com que as pessoas negras se veem na

universidade, estando de fato nela, sendo parte desse espaço, ou sendo apenas número de uma política que é de fato importante, mas que pra além da inserção, precisa analisar e pensar estratégias que sejam necessárias para a permanência de jovens negros/as e periféricos/as na universidade, e uma permanência que seja saudável, da melhor forma possível.

Neste contexto, passou-se a desenhar o interesse em conhecer a permanência assim como a saúde mental desses/as jovens no ambiente universitário. Saúde Mental, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) é uma maneira de estar em que a pessoa tem autonomia para realizar suas atividades, lidar com situações adversas e recuperar-se, contribuindo para a interação social e com respeito ao seu bem-estar. Para além do acesso inicial no espaço da universidade, são necessárias ações que promovam a permanência saudável desses e dessas jovens que tem se deparado com diversas situações violentas na universidade, como o racismo, o sexismo, a exclusão e os preconceitos das mais variadas formas.

O racismo pode ser definido como a “crença na superioridade de algumas raças sobre outras, que justifica a desigualdade entre os grupos, é uma forma de opressão, de agressão e de violência”. (Gouveia & Zanello, 2018, p. 450). Arrelias (2020, p. 97) complementa que o racismo é “um projeto de controle de vidas que se estrutura através de aspectos histórico-sociais nos âmbitos político, jurídico, ideológico e econômico... possibilita a hierarquização dos grupos humanos, dentro de uma sociedade racializada, de forma a legitimar privilégios”.

Para Kabengele Munanga, (2004), a raça é criada pelos racistas, pessoas que cometem o racismo, como justificativa à hierarquização e diferenciação de pessoas que tem suas características pessoais, físicas e históricas justificadas e herdadas dessa suposta raça a que pertencem, sem possibilidade de mudança. Importante considerar que a ideia de raça, um construto que se espalhou por vários âmbitos da vida, se justificava como sendo científico e não criado historicamente. A diferença de valores dessa suposta origem racial e a existência de raças inferiores à sua raça de origem seriam justificativas a existência do racismo, das violências.

Dessa forma, o racismo se faz presente em todos os âmbitos da vida, e afeta a existência de pessoas negras, não-brancas e mantém as condições de favorecimento de pessoas brancas a acessar espaços, condições e que se reverberam e continuam constantes no impedimento de uma vivência plena por parte das pessoas a quem foi imposta a condição de menos humanas, ou em que seus valores e vivências são desconsideradas e compostas de desvalorização. A raça continua sendo um critério e um aspecto organizador da sociedade, nos mais variados sentidos, em que é sim condição para o acesso a bens, e a direitos, e à distribuição de condições na sociedade brasileira. (Mendes, 2012).

Ao pensar nisso, e tendo como foco a saúde mental da população negra, e, em específico, de jovens negros e negras periféricas, não é possível pensar em uma saúde mental que não se relacione com aspectos da vivência social, da garantia de acesso a direitos elementares e até mesmo aos serviços de saúde mental, pois “o sofrimento psíquico é derivado de situações históricas e culturais” (Lages et al., 2014, p. 3). É preciso racializar essa questão, pois o racismo é “estruturante da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da produção de subjetividade de pessoas negras e brancas”. (Alves, Costa, Castelar, 2020, p. 1). E de sofrimento.

O Ministério da Saúde e a Universidade de Brasília criaram uma cartilha conjunta denominada “Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros – 2012 a 2016” (Brasil, 2018) em que, assim como é afirmada na Política Nacional de Saúde da População Negra (Brasil, 2017), demonstram que o racismo é um determinante para a fragilidade nas condições de saúde da população negra e especificamente jovens negros, de situações que tem origem no preconceito racial, e da negação ou desvalorização dessas violências vividas. Situações essas que contribuem para que essas pessoas sejam alvos mais frágeis desse problema de saúde pública que é o suicídio, que vem de enfrentamentos ao racismo institucional também, igualmente nos serviços de saúde.

Dentre as causas apontadas na cartilha sendo associadas ao suicídio em pessoas negras há o sentimento de não lugar, de solidão, não pertencimento. Situações que podem ser presenciadas também na universidade. Ao mesmo tempo que é importante ressaltar que a educação é um dos

fatores que são protetivos contra o suicídio dessa população jovem e negra, e é constatado que as cotas raciais nas universidades, o acompanhamento de frequência escolar e circunstâncias que possibilitem a permanência escolar e universitária melhoram as perspectivas desses e dessas jovens com relação à vida (Brasil, 2018). Contradições presentes que dizem da vida como um todo, mas que podem ser pensadas para comprometer-se com as ações, transformações e fatores protetivos que possam incentivar qualidade de vida para essas pessoas, também na universidade.

Importante ressaltar que mesmo que o Brasil não tenha vivido uma segregação racial formal após o período de escravização como fora nos Estados Unidos e África do Sul, por exemplo, a realidade que se estabelece é que esse passado colonial se faz presente a cada dia diante do cenário de desigualdades que tem como um marcador importante a raça no Brasil. E as pessoas que se utilizam do argumento de que a não existência de uma segregação aos moldes desses países é justificativa para dizer que o país não é racista de fato “subestimam a persistência e a importância das formas dissimuladas de preconceito e discriminação econômica, cultural e política contra os segmentos negros e pardos de nossa população” (Alquéres, 2007).

É o que diz Almeida (2019), pois a raça e o racismo são componentes fundantes para se compreender as dinâmicas existentes na sociedade que temos hoje. E a universidade como um espaço que é pilar da realidade em que vivemos, também faz parte desse sistema, onde existem relações em que pelo poder, grupos vão exercê-lo em seu favor, através das instituições e com a intenção de manutenção das ‘coisas como são’.

Nesse sentido, faz-se necessário que a universidade seja um espaço de mudança das estruturas da sociedade e de possibilidades, reconhecendo a problemática que historicamente a população colonizada e subalternizada na história do Brasil enquanto país foi retirada de espaços e acesso a direitos, então as práticas que corroboram a presença negra na universidade são e devem ser tomadas, de forma a romper realidades anteriores e criar novas possibilidades (Borba et al., 2019). Para além do acesso, a permanência de maneira saudável. E questionar os modelos

e enrijecimentos presentes, seja no conhecimento, na postura das pessoas que ali se encontram, nas políticas e formas de as universidades se organizarem.

Entende-se que há necessidade de verificar quais são as políticas de permanência existentes na realidade das universidades brasileiras, e em específico na Universidade de Brasília - UnB, que corroboram por respeitar e promover a saúde mental de estudantes negros/as e periféricos/as, que é pouco discutida e considerada em variados espaços, bem como na literatura acadêmica em psicologia (Gouveia & Zanello, 2018).

E a saúde mental da população negra e suas condições são interpeladas por violências do racismo, que interferem em como pessoas negras se situam no mundo. De modo que a importância de articular as relações raciais no campo da saúde mental faz com que possam ser criadas possíveis estratégias de combate a essas violências, também pelo compromisso e estudo dessa temática e nas formas de cuidado que correspondam com as demandas dessas pessoas, para que estas não mais sejam negligenciadas pela prática psicológica, de modo que se contribua para uma realidade de humanização dessas pessoas na sociedade brasileira. (Moreira, 2023).

Assim sendo, essa presença negra e periférica de forma saudável se torna condição para a universidade tornar-se de fato diversa. Bem como a presença de perspectivas e epistemologias para além das de origem branca, pois como aponta Kilomba (2019), as epistemologias não brancas, e as epistemologias negras existem, e são produzidas, e são pensadas. O que acontece muitas vezes é que estas não recebem o valor ou a validação pelos pares da ciência como contribuição importante, relevante.

Por compreender que a experiência que trago aqui é perpassada pela minha existência¹, e entendendo que a escrita faz parte desse processo de retomada de um espaço na academia, e ao mesmo tempo de um lugar diferente do que é costumeiramente encontrado na literatura e na

¹ Aqui escrevo na primeira pessoa do singular para falar diretamente sobre a minha escolha pela escrita e metodologia baseada na escrevivência

escrita acadêmica, científica, e das referências utilizadas. Recorro à Grada Kilomba, quando ela diz “sobre uma fome coletiva de ganhar a voz, escrever e recuperar nossa história escondida” (Kilomba, 2019, p. 27). De forma que a escrevivência como prática se ofereça como alternativa para uma escrita mais possibilitadora de construção, como é descrita por Felisberto (2020).

A intenção com a escrevivência de Conceição Evaristo, que visa trazer a perspectiva não hegemônica por não se tratar e não advir de corpos que historicamente são os que falam, que são reconhecidos como produtores de conhecimento, que são os corpos de homens brancos, europeus e estadunidenses. Então essa mudança de chave acontece quando há a escolha pela escrevivência, que se origina na vida de mulheres negras, pobres, de suas experiências que são traduzidas na escrita e que celebrenemente é provocada pela sua criadora como fim de que: “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonos injustos" (Evaristo, 2007, p. 21).

Dessa forma, tomo aqui uma decisão de me colocar a partir de onde falo, de onde se origina minha fala e para quem é voltada, sendo mulher negra e periférica e concordo que “todos nós escrevemos e falamos a partir de um lugar e de um tempo em particular, a partir de uma história e de uma cultura que são específicas. Tudo o que dizemos é sempre 'em contexto'; ...posicionado” (Hall, 2006, p.21-22). A partir da utilização de vozes e pensamentos negros/as para a construção desse trabalho, entendo que a escrita também é perpassada pela intenção e tem um objetivo, e não é neutra. E por não ter interesse em uma escrita que não seja comprometida com a vida de pessoas negras, mais especificamente de jovens negros e negras periféricas no contexto da universidade, que são o foco dessa pesquisa.

Entendo que é necessário reconhecer a escrita e as contribuições de autoras e autores negros que tem falado sobre a realidade brasileira e sobre a experiência de pessoas negras no mundo, sendo elas também pessoas que produziram conhecimento científico e acadêmico, trazendo contribuições e possibilidades para as mudanças que são necessárias na sociedade

brasileira, tornando-a uma sociedade melhor. Diante das experiências violentas que aproximam as pessoas negras no mundo, de um passado ainda muito presente de expropriação, mas que mesmo assim não nos limita à falta. De termos sido nomeadas negras no sentido efetivo de negação da nossa humanidade, mas tornarmo-nos negras e negros como afirmação e valorização de quem somos (Souza, 2021; Gomes, 2017).

De toda forma, atravessamentos como do racismo e da branquitude, dificultaram e dificultam que conhecimentos produzidos por pessoas negras sejam disseminados e valorizados em toda a sua potência, de modo que “se faz necessário abrir os olhos para as figuras negras que se recompuseram em fuga, em combate, em territórios móveis, numa terra estranha que hoje nos estranha e devia ser “nossa” (Ratts, 2007, p. 19).

E é avessa a nós pela persistência e existência de violências e acordos como a branquitude, que é definida como esse pacto de manutenção dos privilégios do grupo dominante em detrimento do grupo em que em contrapartida, será alvo da falta, e da morte. (Bento, 2022). “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo” (Cardoso, 2010, p. 611).

Cida Bento (2022) continua sua explicação sobre a realidade brasileira e essa proposital e mantida desigualdade entre grupos raciais ao definir que “não temos um problema do negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro” (p. 14). A branquitude, que são os “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento” (Bento, 2016), que põem em consideração a referência de um modelo correto de humanidade em pessoas brancas.

Verifica-se que essa relação de poder se estabelece em todas as esferas e âmbitos da vida social, e que se faz necessário considerar que a forma de construção de sociedade em que

vivemos está muito próxima dos modos de outrora, e que é necessário criticar esse tipo de identidade racial branca que é cerne de como as relações raciais se estruturam na atualidade, para que o racismo não seja a base dessa forma de ser (Schucman, 2014).

Este período de escravização que tantas vezes é evocado por nós para exemplificar, e até entender a condição de vida das pessoas negras na sociedade, mas nos esquecemos que as pessoas brancas também fazem parte desse processo, já que “fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022, p. 23). Dessa forma, também se faz necessário valorizar o conhecimento produzido por pessoas negras, como que as tirando desses espaços de ostracismo em que foram colocadas e apontar que existem ações que corroboram para a presença quase que exclusiva de pessoas brancas reconhecidas como produtoras de conhecimento, e em vantagens nos aspectos da vida social.

Lélia Gonzalez (1984) diz que as pessoas negras foram tornadas sem fala, ou sem capacidade de se expressar sobre suas realidades na história hegemônica que é contada. É necessário então que se continue o compromisso de falar de si, do seu povo, das pessoas que já falaram, já ensinaram e que foram apagadas. Mas que tem muito a contribuir com um conhecimento de fato e genuinamente advindo da realidade brasileira, e da realidade da pessoa negra. Ainda nesse sentido, Kilomba (2019) argumenta sobre o silenciamento forjado a pessoas escravizadas, em que eram colocadas até máscaras para que os colonizadores não ouvissem os colonizados. E como essas violências se atualizam.

Cabe também a explicação da utilização e escolhas das palavras em que se lança mão para a escrita, como “o termo “escravizada/o” e não escravo/a, porque “escravizada/o” descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto escrava/o descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas” (Kilomba, 2019, p. 20). É importante se atentar a esses movimentos na linguagem.

Kabengele Munanga (1996) ao referenciar o tipo de racismo existente no Brasil, aponta que uma das intenções da sua criação é de que as pessoas negras não tenham consciência desse processo, fazendo com que estas não possam assim tomar as rédeas e se organizarem de maneira mais efetiva contra as violências que se impõem contra elas. E que o silêncio faz parte desse movimento de manutenção das estruturas como são, sendo interessante para o grupo dominante que essa realidade se mantenha assim. Dessa forma, falar e escrever a partir da perspectiva e do olhar de autores negros e negras é um exercício de retorno à fala e à humanidade.

Busca-se que a universidade seja comprometida com a vida, a saúde mental e mudança de vida para pessoas negras. Que se comprometa a mudar e a colaborar para uma sociedade mais justa, igualitária, que assume suas responsabilidades e não se fecha em si mesma. Mudanças essas que precisam aderir, bem como a sociedade em geral, para não continuar reproduzindo racismo que afeta diretamente a saúde mental das pessoas negras (Moreira, 2021).

Escrever essa dissertação é um gesto de colocar-me enquanto mulher negra e falar de onde essa fala e essa escrita se originam. Como é o caso das psicólogas Cida Bento (2022, 2002); Neusa Santos Souza (1983/2021); da historiadora, poeta, Beatriz Nascimento (1942-1995), da escrita e luta do psiquiatra e pensador Fanon (2008) e de Grada Kilomba (2019) e de tantas e tantos outros intelectuais negros que em suas pesquisas também relacionam seus achados às suas vivências enquanto pessoas negras.

Trazer ao tema estudantes negros/as e periféricos/as na universidade e tantas questões que atravessam essas pessoas é falar também do meu lugar enquanto pesquisadora do tema e a minha relação com essas pessoas, já que não acredito em uma construção de ciência que não seja comprometida, principalmente das pessoas que historicamente são apagadas dos espaços de construção de saber, como as pessoas negras.

“Eu acredito é na rapaziada”² foi o verso que surgiu enquanto eu estava com o meu irmão na mesa da cozinha, pensando em possíveis temas para a pesquisa do mestrado. Surgiu assim pois eu acreditei que precisava de um verso representativo que sintetizasse o sentimento que tenho por jovens negros e negras, tendo sido uma jovem negra até recentemente. Enfim, falar dessas pessoas na pesquisa é falar sobre mim também, sobre os meus. Sendo eu negra, de origem periférica, nesse espaço em que ainda faz falta a presença de pessoas negras que é a Pós-graduação, em Psicologia, que é de onde falo.

Principalmente numa universidade federal, sendo que as universidades públicas federais são sinônimo da elite de ensino e qualidade no país, e que há muito foi restrita às populações negras, periféricas e pobres, tendo sido criada para as elites do país e seus herdeiros, de modo a manter a ordem das coisas, e da estrutura enrijecida da sociedade brasileira. De manutenção de poder que advém do conhecimento e das possibilidades advindas dessa experiência.

Talvez falar de si seja incoerente quando se fala de escrita acadêmica, mas como ensinam Grada Kilomba e Conceição Evaristo é preciso contar essas histórias, a partir do lugar em que se está, que é diferente do lugar das pessoas que normalmente são consideradas cientistas. Geralmente pessoas negras e pobres são apenas ‘objeto de pesquisa’. Então é importante reverter a lógica e se colocar no lugar de quem pesquisa, e não é só objeto, mas é sujeito e fala de alguma forma, desses dois lugares (Kilomba, 2019).

Tendo essa postura de falar de outra forma que não da suposta neutralidade acadêmica e científica, defendo que o processo se torna mais honesto e faz sentido pois falo daquilo que me move, do que sou também, e diz de uma experiência coletiva. O que não quer dizer que não é difícil, ou que não haja sofrimento. E pode ser que eu devesse começar falando desse sofrimento, que me perpassa, me atravessa, me fez querer desistir desse trabalho, do sonho que eu sonhei e

² Verso da música “E vamos à luta” do cantor e compositor Gonzaguinha, grande nome da música popular brasileira. Escrita em 1980, período em que o país ainda vivenciava a ditadura militar. Música disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WkPTZRmHglg&ab_channel=Gonzaguinha-Topic

minha mãe, pai, irmão e irmã sonharam de eu ser mestre. Analisando a história que percorro para chegar nessa cadeira na Pós-graduação, me faz pensar, lembrar e sentir hoje com mais consciência racial de que o acesso à educação foi uma luta de meu pai e minha mãe para que eu, e meus irmãos pudessem acessar. E que meu pai e minha mãe não puderam ter acesso à educação básica além de poucos anos.

Entendendo isso e considerando a história do país, eu sei que sou uma sobrevivente nesse modelo escolar atual, que tem tido muitos avanços mediante as lutas dos movimentos negros e sociais para a inserção de pessoas negras no âmbito da educação formal desde os primeiros anos, de Leis que tornem obrigatório o ensino da cultura negra, afro-brasileira, como é a Lei 10.639 (2003), mas ainda assim é um processo de muita luta pois a educação hegemônica não considera os conhecimentos da maioria da população brasileira. E acessar o ensino superior, e ainda mais a Pós-graduação, é uma luta de várias pessoas negras para que eu possa chegar aqui.

Só que eu não sou só o sofrimento, o que fizeram de mim. E por isso que preferi iniciar a escrita com o verso do Gonzaguinha que gestou esse trabalho: “eu acredito é na rapaziada”! Acredito e pretendo acreditar em mim também, para escrever esse trabalho, que foi vivido, derramado, sangrado, teve forma e corpo antes de vir para esse papel. Como define Conceição Evaristo “escrever é uma maneira de sangrar” (Evaristo, 2018, p. 117-118). Cheguei a acreditar que eu não conseguiria produzir conhecimento científico, que esse espaço não é meu. Aqui me encontro, assim como tantos/as estudantes negros/as e periféricos/as, que também passam por esse processo, e de querer desistir.

Mas Conceição Evaristo entra aqui, e me aponta que mesmo sangrando, é preciso falar, contar sua história. Por isso a escolha dessa metodologia. Surge como que uma resposta pessoal e coletiva de não desperdiçar o que tenho vivido, partilhado e experienciado nesse lugar enquanto mulher negra, periférica, psicóloga e mestranda na universidade de Brasília, nesse programa de pós-graduação para a escrita desse trabalho e do que tenho interesse em contribuir

para a sociedade, o conhecimento científico, a universidade e a psicologia.

Retornar ao ambiente acadêmico após uma graduação em psicologia se deu principalmente por uma insatisfação, curiosidade e um anseio de poder participar de discussões que, durante e após os anos de graduação não encontravam lugar, se não nos questionamentos singulares, em pequenas trocas em curtos momentos, mas nunca de uma centralidade ou profundidade nos espaços em que estive. E vem de um processo de retornar à psicologia, profissão e área de conhecimento em que por alguns anos após a graduação, não imaginava mais como possibilidade de ser para mim. Isso começou a se modificar ao conhecer psicólogas e psicólogos negros, de modo que pude entender que eu poderia estar então na psicologia.

Vem também de uma aprendizagem e letramento, de leitura de autoras e autores negros que não foram apresentados nos espaços de educação formal, mas que falavam de pessoas, existências e acontecimentos que constituíam, constituem e nos apresentam a temática das relações raciais como uma das discussões mais importantes da formação brasileira enquanto país. Conhecer pessoas fazendo movimentações nesse sentido, mesmo no espaço da universidade, em que na minha experiência pessoal tinha sido inóspita para tal assunto.

Reconhecer que a universidade tem gradativamente se ampliado como espaço de discussão das relações raciais, provocadas principalmente por pessoas negras, sejam elas estudantes ou docentes, encorajaram minha presença como ocupante de uma cadeira universitária, como alguém que também pode contribuir com a discussão, a produção científica e a relevância social de realidades tão nossas, mas tão negligenciadas.

Tomar posse desse espaço enquanto pesquisadora, pensadora é também desafiador e potência. De novas construções, espaços de crescimento entre pares, com cada experiência, vivência nesse processo, e de compromisso com a sociedade brasileira. Entendo que pesquisar sobre o que produz sentido para mim poderá produzir sentido e vida para outras pessoas também. O auxílio de autoras e autores negros que não foram referências antes nas aulas na escola, ou

até na graduação ou na maioria das disciplinas da pós-graduação em psicologia se fazem presentes para a construção desse trabalho que se pretende negro/a. Partindo de visões negras.

Dessa forma me aventuro a escrever, refletir e compreender como se dá a permanência de estudantes negras/os e periféricos/as na universidade, que tem como marco importante as políticas afirmativas de entrada nesse espaço, fruto de lutas coletivas, de movimentos negros, sociais. Por entender que ações para a permanência no ambiente universitário podem apresentar aspectos essenciais da busca por condições equânimes na universidade para essas novas pessoas, que tem ocupado a universidade de forma mais abrangente nos últimos anos.

O Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010) se refere à criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que tem como foco as/os estudantes que possuem renda baixa, que historicamente no país são as pessoas negras e as populações não-brancas. Este decreto, por sua vez, orienta a implementação e legislação específica na Universidade de Brasília – UnB no que tange as políticas de assistência da universidade.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES visa atuar em vista da permanência de estudantes na graduação, com o auxílio à moradia, transporte, alimentação dentre outros aspectos, na reparação das desigualdades sociais e prioritária a estudantes remanescentes de escola pública. No Decreto também fica explicitado a liberdade das instituições de estabelecerem critérios para essa assistência estudantil. Por isso a importância de se conhecer como se dá essa realidade na UnB, a partir da sua Política de Assistência Estudantil. E se a implementação dessas políticas abarca toda a gama de questões que atravessam a vivência de estudantes negros/as e periféricos/as na sua relação com a universidade.

Recentemente, dados oficiais nacionais do IBGE (Brasil, 2019) informaram que, pela primeira vez, a população negra era maioria simples nas universidades públicas. Vejo que se faz necessário também se aproximar das diferentes realidades possivelmente encontradas a partir dessa população negra, que agora ocupa mais substancialmente o espaço da universidade.

Considerando a inserção de estudantes negros/as e periféricos/as e a política de Cotas ao longo dos anos. E por entender que esse dado inicial não resolve situações que acompanham a trajetória de estudantes negros/as que diariamente lutam para estar na universidade, mesmo esse espaço não tendo sido criado para essas pessoas (Tavares, 2020).

A partir da visão interseccional de que há uma diversidade de fatores que constituem e caracterizam as pessoas para além da raça, e que há atravessamentos e diferenças nessa população negra na universidade, pois mesmo que haja características da população negra que a aproxima e a identifica enquanto população negra, existem singularidades a partir das vivências, lugares a que essas pessoas pertencem (Crenshaw, 2002). E é uma característica da violência racial e capitalista ignorar a singularidade das pessoas negras (Fanon, 2008).

De modo geral, é sabido que a presença de pessoas negras nas universidades traz muitos efeitos e frutos. Especificamente, questiono como a Psicologia, que em sua formação tradicional não dá prestígio a essas discussões e temas que abarcam a maioria da população brasileira. Como seus saberes como ciência e profissão tem se comprometido juntamente com a universidade nas discussões de políticas de inserção e de permanência de estudantes negros/os, das construções que possibilitam cuidado à saúde mental, considerando as articulações entre raça, classe, gênero que são esferas que compõem a subjetividade de pessoas negras, de estudantes negros/as.

É importante se atentar que a realidade das universidades, que tem se diversificado principalmente a partir de iniciativas como a política de cotas está inserida na realidade brasileira, que, apesar de ter sua população de maioria de pessoas declaradas negras (Brasil, 2023), é um país que lida muito mal com sua história colonial e de opressão a povos que, mesmo em maioria significativa em números, são oprimidas e minorizadas, como é o caso da população negra, das mulheres. E que mesmo assim segue com a quase total falta de ações para reparação das violências históricas que se atualizam.

Fatos como o Brasil ter uma história de mais de 300 anos de escravização, e mesmo

assim não se comprometeu a pensar formas de existência para a população que deixava de ser escravizada, e como essa história de desamparo por parte do Estado parece explicar muito bem a realidade vivida hoje ainda pelos descendentes das populações escravizadas, negras, indígenas. E explica também a realidade vivida por descendentes dos colonizadores que se usufruem dessa realidade, as pessoas brancas (Bento, 2022).

Sendo fator crucial da história do país, e sendo uma característica, a raça, social e culturalmente construída para justificar e ancorar formas de vivência e de diferenciação entre pessoas em todos os âmbitos da vida, questiona-se como a universidade, a psicologia tem tratado a presença de pessoas negras, estudantes negros/as e periféricos/as e a reparação de violências históricas no âmbito universitário para além da inserção e do descompromisso de acreditar que a entrada de pessoas negras já é suficiente.

E qual seria o motivo de, além de falar de pessoas negras, que são a maioria da população brasileira, mas ainda podem ser subrepresentadas em várias discussões e em vários espaços da vida, como na psicologia, tratar de querer falar de pessoas estudantes negras/os e periféricas/os? Por entender que uma das características dessa grande população negra é a sua diversidade. E aqui se entende que todas essas características podem trazer contribuições para se entender perspectivas únicas de subjetividades não muito conhecidas ou até mesmo ignoradas e negligenciadas, mas que tem ocupado o espaço da universidade de forma crescente.

A partir do conhecimento das questões que atravessam a vivência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade, que não se resumem aos desafios educacionais, mas também das relações raciais e incidência do racismo, dessas experiências que forjam sua forma de ser e estar no mundo. E mesmo em ciência dessas informações, traçar rotas de alternativas que visem uma vida melhor, para além dos estereótipos racistas que impossibilitam as pessoas, de serem em sua potencialidade (Moreira, 2021).

A dissertação contará com revisão sobre a permanência de estudantes negros na universidade e de uma leitura e reflexão crítica dos materiais encontrados nas bases de dados. A

segunda parte da pesquisa se dará a partir da escrevivência e na apresentação das políticas de assistência estudantil, seja o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e especificamente da UnB, para entender essa realidade na universidade e como tem sido a considerada a saúde mental e permanência de estudantes negros/as e periféricos/as nesse espaço.

O objetivo da pesquisa é buscar compreender como se dá a permanência de jovens negros/as e periféricos/as na universidade, considerando a revisão integrativa de literatura que compõe o trabalho, a Escrevivência de Conceição Evaristo como ferramenta de escrita e a Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília. Para isso, os meios (objetivos específicos) elencados foram: compreender a trajetória de inserção de jovens negros (as) na universidade e a política de cotas ao longo dos anos; caracterizar juventude negra e periférica e o cuidado à saúde mental no espaço da universidade e analisar a Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília – UnB.

Essa dissertação é dividida em três capítulos além da introdução, da conclusão, considerações finais, referências utilizadas no trabalho e anexos.

No capítulo 1, apresento a questão negra e as lutas coletivas por direitos, de modo a fazer uma breve trajetória de como essas articulações ocorreram na história do país.

No capítulo 2, apresento a revisão que se iniciou com a busca de artigos que tratassem da permanência de estudantes negros/as na universidade, devido à falta de resultados nas bases de dados com o descritor ‘periféricos’, que também é foco nessa pesquisa.

Em seguida, a metodologia utilizada para a escrita da segunda parte do trabalho corresponde à escrevivência, que se trata de uma escrita de mulheres negras e de classes populares para mulheres negras, sobre suas realidades e desafiando a perspectiva hegemônica da universidade, e das construções de conhecimento da atualidade.

Nos resultados, apresento que as experiências de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade perpassa a questão do auxílio financeiro, mas também de uma noção coletiva de

que todas as pessoas envolvidas na universidade precisam se dispor a construir novas formas de relação nesse espaço, e de construção e espaço a novos saberes de origens diversas, de atenção à saúde mental e o cuidado específico a demandas dessas pessoas.

Por fim, trago conclusões de que é preciso se debruçar com mais profundidade na questão da permanência, a partir das políticas e da escuta das vivências desses e dessas estudantes que podem dizer e contribuir melhor para as mudanças necessárias.

CAPÍTULO 1 – COMO CHEGAMOS AQUI? A questão negra e as lutas por direitos

A questão de raça no Brasil está diretamente atrelada ao seu passado, que vai sendo rememorado por estruturas arcaicas fincadas e que não tem interesse em se modificar, mesmo diante de grandes avanços que são encontrados nos últimos anos em índices de educação, por exemplo, de maior ingresso por parte da população negra na universidade e de maior número de anos acumulados em educação do que jamais se viu antes, principalmente nessa população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2019).

A educação é entendida como uma das vertentes mais importantes em uma sociedade democrática para se acessarem outros níveis de condições de vida, de perspectivas futuras e possibilidades. Desde acesso a melhores condições no mercado de trabalho, como também sendo um fator protetivo para se buscar outras possibilidades de vida. De toda forma, é preciso entender que a busca pelo direito à educação foi uma luta que teve e tem como ator principal no país o movimento social negro, por reconhecer a importância do acesso à educação nos mais variados níveis de educação formal e reivindicar o acesso às camadas negras e pobres ao que depois seria constituído como direito (Gomes, 2017). Ou seja, de fato a educação foi renegada e ainda é, a negros e periféricos. Atualmente, mesmo sendo um direito, precisa ser defendido com certa frequência, para que não haja retrocessos nos avanços já alcançados.

Nilma Lino Gomes (2017) define os movimentos sociais como: “produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade” (p. 16). Sendo o movimento negro um dos mais importantes movimentos da nossa sociedade por seu compromisso com a realidade do povo brasileiro, e de retirada de concepções coloniais ainda enraizadas na nossa forma de organização enquanto sociedade, teve e tem a sua trajetória a contribuição de as noções de raça serem fator de valorização para o povo negro, de sua origem e de reconstrução das noções estabelecidas pelo pensamento europeu e colonizador sobre o que é ser negro.

Falando sobre o movimento negro, este existe com o empenho de tratar das questões do povo negro desde que o país se tornou república (Domingues, 2007). E se formos voltar no tempo, a luta do povo negro, ainda nos períodos de escravização está inserida na história do país. Clóvis Moura (1988) conta que o Brasil foi o segundo país onde mais existiram ações de resistência por parte dos escravizados contra a sociedade imposta, ficando atrás apenas do Haiti.

Ou seja, vemos que as pessoas escravizadas, de origem africana e negras brasileiras nunca consideraram aceitar pacificamente as violências que foram dirigidas a elas, e essa realidade é uma constante nas várias etapas de organização do país. O movimento negro é definido como “as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade”. (Gomes, 2017, p. 23). Então é preciso questionar se essa responsabilidade de combate às violências ao povo negro tem sido compreendida como responsabilidade apenas desse movimento.

Sabe-se que a nossa dificuldade enquanto sociedade de falar de seu tema central acaba por atrasar possíveis avanços que poderiam colaborar com o andamento e resolução dessas questões. “A centralidade da questão racial” (Theodoro, 2022, p. 14) que é base para a compreensão de como nos organizamos e como existimos enquanto país. O racismo e a raça são o problema central do Brasil. Acaba por ficar responsável pela condução e resolução das questões o mesmo movimento da sociedade brasileira, e de seus intelectuais. Sendo que essa luta do movimento negro deveria ser de toda a sociedade brasileira. E mesmo assim, todos os avanços obtidos se originam nas lutas coletivas e organizadas das pessoas negras.

A possibilidade, ao longo dos anos de ocupar o espaço público e debater essa questão de âmbito nacional mais abertamente fez com que de fato fossem alcançados outros patamares de direitos. Pois na história do país, representantes e legisladores costumavam chamar atenção para as dificuldades de renda e acesso à educação, mas não se discutia a questão racial e seus efeitos.

Essa postura de fuga e negação acaba por atrasar o debate e as conquistas que advém de falar abertamente sobre a questão racial, as consequências advindas dessa hierarquia de cores, sustentada em posturas como o racismo científico (Oda & Dalgalarrodo, 2000).

Se faz necessário questionar. Afinal, nós somos todos humanos? Somos todos considerados humanos? E ao mesmo tempo, que ações podemos realizar para de fato alterar os efeitos de uma desumanização que acontece no Brasil desde os seus primórdios, perpetuadas no racismo cotidiano (Kilomba, 2019)? É preciso partir dessas questões para que o passado não se torne presente e que essas mudanças sejam ativadas no sentido de novas construções e buscas emancipatórias, a partir da lembrança e da denúncia, da comunicação dessa realidade e da coletividade (Santos, 1996).

Em contrapartida, não houve um momento da história em que pessoas brancas não fossem vistas como humanas, a não ser quando as próprias pessoas brancas se rebelaram contra as outras, em contextos das guerras na Europa, e que causaram grande sofrimento entre seus habitantes, pesquisadores e pensadores. Óbvio, há uma diversidade de crenças, origens entre pessoas brancas. Há diferenças de gênero. Mas só quando esses conflitos foram entre si que o continente europeu se sentiu abalado pelo genocídio, pelo ódio e destruições que causaram.

Aimé Césaire (2020) fala isso, que enquanto essas violências eram protagonizadas por europeus ao redor do mundo, contra a imensa diversidade de povos que encontravam e que tomaram por bem dominar, escravizar, violentar mulheres e tirar as riquezas de seus povos, não era um problema ético e moral para os europeus. Sem fazer hierarquia de barbáries, mas quantas vezes ouvimos na nossa educação formal e nas conversas informais sobre as dores da Segunda Guerra Mundial, em especial pelo holocausto que dissipou tantas pessoas de origem judaica. É o reconhecimento de um crime histórico. Porém, ao se falar de vários povos e pessoas que foram assassinadas, escravizadas, sequestradas de seus países de origem, não se tem mesma comoção.

É de se questionar o que tem se pensado e quais são esses pensamentos e práticas que

orientam nossas formas de viver. De valorizar o que é vida, o que é humanidade, que pessoas tem direito à humanidade. Fanon diz isso, que “o negro não é um homem... o negro é um homem negro” (2008, p. 26). Diante de todo o processo de sua relação com o mundo ocidental, branco e em suas experiências de vida, é possível entender que essa afirmação tão forte dita por ele se dá a partir do contato com os franceses, quando ele, originário de uma colônia da França, lutava com estes, e viu que mesmo estando ao lado desses homens literalmente nas trincheiras, não era considerado compatriota, nem francês, e porque não dizer, humano. Pois havia e há uma compreensão de humanidade que nos retira desse lugar em totalidade.

Essa é a provocação que faço, de que essa forma de sociedade precisa se haver e lidar com os problemas que esta mesma criou, como o da desigualdade e do ódio racial. Pois nessa junção de colonização e civilização criada, historicamente estabelecida não há forma alguma de humanidade, resquício nenhum (Césaire, 2020). A invasão a povos, territórios e de retirada de humanidade destes e destas que são encontrados em suas formas de vida, não só desumaniza aquelas e aqueles que são alvos da colonização, mas também todas as pessoas que colonizam, os dito humanos e supostamente referências para esses novos povos ‘encontrados’. Estes são completamente brutalizados em suas ações.

No processo de barbárie que ocorreu no continente europeu, e que chocou a todas as pessoas que ali viviam, ainda assim a indignação era antes o desespero de ser ali um igual, este que sofria a violência. Um considerado humano, um branco, um homem europeu, que era similar a tantas pessoas que ali presenciavam essas tragédias. Não eram em si os crimes, mas que esses atos coloniais que foram aplicados ao mundo todo com povos ‘não humanos’, eram agora aplicados no continente europeu, e isso se torna inconcebível (Césaire, 2020).

Todas essas pessoas que consideravam toleráveis as ações em prol de povos ditos mais fortes (que seriam os povos europeus), foram também predecessores do que Hitler fez. (Césaire, 2020). Pois que não há ingenuidade nesses atos e nesses posicionamentos em defesa da

expropriação, da colonização e da humilhação de outros em vistas do favorecimento próprio. Pois “entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria” (Césaire, 2020, p. 24).

Relações pautadas pelo poder e pela submissão dos povos, que não são relações que visam a humanidade, apenas seres humanos como objetos de uma estrutura econômica, de trabalho. O que resta a esses povos e a estas culturas que foram invadidas, senão a retirada de tantos aspectos e características que as faziam humanas, singulares, de uma harmonia que passava pela forma de organização desses povos, de alimentação, de criação cultural, de comunicação com as divindades, de estruturas que brutalmente assassinadas resultaram em dor, morte, de "milhões de homens em quem foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero". (Césaire, 2020, p. 25).

E que a valorização dos povos originários, estes que foram brutalmente destruídos, não por um desejo de retornar a estes que não existem mais, mas para apontam como eram, “não tinham pretensões de ser a ideia. Apesar de seus defeitos, não eram nem odiosas nem condenáveis. Elas se contentavam em ser" (Césaire, 2020, 26). Diferentemente da ação na história do mundo do continente europeu, que é o protagonista dos maiores terrores existentes na face da terra, frente a quase todos os povos e regiões do mundo.

Esta que contou com a colaboração de quem se encontrava nesses territórios, e assim como os colonizadores europeus, partilharam da ideia de assassinar e manter as estruturas da ‘sociedade’ que foram deixadas, visando seu benefício em detrimento das pessoas, dos povos que pudessem ali existir. Parceiros que ainda se encontram presentes em todo tempo da história, e que em benefício próprio e de seu pequeno grupo, jogam com a vida dos povos e se aliam para deixar morrer, ou efetivamente matar quem quer que questione suas formas de organização e denuncie suas ações coloniais e violentas ainda existentes nos tempos atuais.

As elites brasileiras, por exemplo, que mesmo após os períodos de escravidão, não se contentaram de que a população negra pudesse viver sem ser escravizada no país, e aliada ao Estado, pensou soluções e alternativas para a morte desses povos indesejados, pois já que não eram mais escravizados, não seriam mais objeto de produção de riquezas para si, não teriam mais utilidade. Tendo a força em suas mãos, as instituições e os poderes para se mover, "é o colonizado quem quer ir adiante, e é o colonizador quem o retarda". (Césaire, 2020, p. 27).

É sabido que as violências coloniais deixaram consequências para os povos não-brancos ao redor do mundo, e especificamente, quando falamos de Brasil, aos povos negros e indígenas. Mas Bento (2022) questiona como que esses aspectos de organização econômica, política também não influenciaram os povos brancos e as suas heranças. Pois, se por um lado a herança dos povos escravizados vem da desigualdade de oportunidades, de acesso à terra, educação, poder simbólico e material, por outro lado, as pessoas brancas, europeias e seus descendentes também participaram e foram atores desses momentos históricos que foram um longo tempo como central da história do país e que explica a situação de brancos e negros.

As organizações que foram feitas por parte das pessoas brancas para que nunca fossem lembradas quando se diz da escravidão/escravização, como se elas não estivessem lá, e mesmo que não estivessem em pessoa, não colheram os frutos dessas estruturas e dessas relações é bem presente. Ao mesmo tempo que se formos analisar a realidade, aqui se encontram também as respostas dessas articulações e privilégios que foram construídos ao longo dos anos, e que são mantidos também para as próximas gerações através de várias ações, e do silêncio com relação a como se envolvem nessas questões de reparação, e de discussão das desigualdades estruturantes da sociedade.

O modelo econômico capitalista pode muito bem ser nomeado racista, sexista, e supremacista branco, pois sua criação está no cerne das investidas e invasões europeias ao redor do mundo, visando desumanizar as populações não brancas e por meio da violência e de vários

atos criminosos, retirar as riquezas dos territórios e tornar seus povos um produto para seu estabelecimento e o estabelecimento com as matérias-primas, das regiões do mundo em que habitavam, e que hoje seguem tendo poder econômico, frutos dessas ações desumanizadoras (Bento, 2022). É como podemos vincular essas ações e violências existentes até hoje.

De modo que o sistema capitalista “interpõe de forma mais violenta as desigualdades e a miséria aos grupos considerados diferentes” (Gomes, 2019, p. 130). E a diferença se torna um sinal de falta de humanidade, tornando essas pessoas que não são humanas, alvos possíveis e ‘normais’ do extermínio. Ao mesmo tempo que essa dominação frente às pessoas negras se dá também em processos de transformação do “corpo negro a serviço do comércio capitalista, falsamente autonomizado pelo mercado; o corpo como mercadoria” (Gomes, 2019, p. 133).

A humanidade se caracterizava a partir de realidades específicas, a começar pela cor da pele. É uma marca que não tem como esconder, que não se tem como fugir. Como não ser negro se se é negro? Ao mesmo tempo que na realidade brasileira, após um grande período de escravização, em que as sanções internacionais começaram a existir para que fosse alterada a forma de organização econômica, que não passaria mais pelos escravizados, o Brasil teve que lidar com a realidade de um contingente de pessoas ex-escravizadas que eram indesejadas para a composição de uma nova realidade no país (Theodoro, 2022).

Tanto é que é sabido que a Lei Áurea de 1888 não tinha nada além na sua descrição do que o fim da escravidão (Monteiro, 2012). Não surgiu como um ato de bondade por parte do Estado, senão como fruto das pressões internacionais e das lutas e revoltas protagonizadas pelas pessoas ex-escravizadas e pessoas escravizadas que fugiam das senzalas e criavam organizações para novas formas de composição da realidade, que se opunha ao que era tido no Brasil (Moura, 1988). De fato, a lei com apenas um artigo não instituiu política alguma que amparasse a nova realidade das pessoas negras, agora ex-escravizadas.

Essas pessoas então foram deixadas à sua própria sorte, e logo o país teve a ideia de

implantar como política pública a importação de trabalhadores e pessoas de origem europeia para a substituição dos antes escravizados. Agora então entravam em vigor as políticas para branqueamento da população, e de certa forma deixar a população negra à sua própria sorte, que seria ‘deixar morrer’ (Carone, 2011).

Isso se fez tão presente que as formas históricas que as populações negras foram se organizando no que diz respeito à moradia, são as que conhecemos hoje como favelas. Foram espaços em que, diferente dos europeus que vinham para o Brasil com a promessa de emprego e moradia, ou seja, de políticas públicas para seu estabelecimento no país, pessoas negras tiveram que se organizar, da forma que puderam, para criar espaços para morarem, viverem (Theodoro, 2022). De modo que, mesmo depois do fim da escravização e instituição da república, a vida de pessoas negras seguia sendo segregada dos direitos básicos de existência.

O movimento negro então é imprescindível no processo de questionar a raça, especificamente utilizada como aspecto de separação e hierarquização, em que as pessoas racializadas, as negras são naturalizadas como parte de algo ruim, para uma ressignificação desse conceito, do que ele abrange culturalmente e historicamente para uma visão afirmativa, e razão para a busca de direitos e emancipação do povo negro, sendo que “a raça é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (Domingues, 2007, p. 102). Que perpassa por todos os âmbitos da vida.

Na sociedade brasileira, os direitos sociais historicamente eram negados à população negra, como o direito à educação. Então, a partir das mobilizações e organizações do movimento negro, foi possível elencar a educação como uma via de emancipação social e racial (Gomes, 2017). E de reconstrução de uma história do país, a partir de uma nova visão e de novos elementos históricos e uma perspectiva diferente do que é a realidade de vida das pessoas negras e de sua história, originada no continente africano.

O movimento negro tem como características sua ação coletiva e política, que se

encontra em várias partes e lugares do país. Constrói acordos e tem suas dissonâncias, mas que com sua coletividade angaria condições melhores para a população negra. Seja no acesso à educação que reverbera em acesso ao mercado de trabalho, de criminalização do racismo, entre outros êxitos (Gomes, 2017).

No seu processo histórico, que perpassa pela chamada imprensa negra que tratava da realidade das pessoas negras, fazia denúncias sobre suas condições, e posturas de segregação, e posteriormente mais bem organizada politicamente como a Frente Negra brasileira (1931), depois surge outro grupo importantíssimo que é o Teatro Experimental do Negro, que nos remete a pessoa de Abdias do Nascimento. Nas décadas de 1940 a 1960 busca-se por meio de debates e das reivindicações a entrada de pessoas negras na escola pública. Com a ditadura militar, a questão racial perde sua vez nas discussões das diretrizes em educação (Gomes, 2017; Domingues, 2007).

Ao contrário do que se possa imaginar, mesmo no período da ditadura, assim como fora no período de escravização, pessoas negras seguiram em busca da democracia, que perpassava pela discussão das questões raciais os âmbitos acadêmicos e sociais, e é nessa época que é criado o Movimento Negro Unificado, de grande referência para as ações que se seguiriam. A definição do 20 de novembro como data de celebração, e não o dia da abolição. Em denúncia ao protagonismo de fato das lutas negras. Eventos como a Marcha Nacional de Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e Vida em Brasília (1995) e participação da III Conferência Mundial contra o Racismo, organizada pela Organização das Nações Unidas na África do Sul em 2001 resultaram em políticas de Estado. (Gomes, 2017).

Essas políticas de Estado, conhecidas como políticas de ações afirmativas podem ser definidas como um “importante marco histórico a favor da promoção da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero. A adoção dessas políticas repercute em diferentes áreas do conhecimento, a saber: sociais, humanas e da saúde, jurídico-econômica, educacional,

político-cultural, entre outras” (Silva, Santos, Reis, 2021, p. 4). Faz parte do processo de reconhecimento e de reparação por parte do Estado frente às populações que foram extremamente violentadas em períodos como da escravização e colonialismo, que tem suas repercussões até os dias atuais.

As políticas de ações afirmativas têm como intuito alcançar e atender “grupos socialmente desfavorecidos na alocação de recursos escassos, como empregos, vagas na universidade e contratos públicos, e objetivam concretizar a igualdade material”. (Silva, 2015, p. 187). Ações que visam corroborar para uma efetiva condição de igualdade de acesso a direitos humanos e bem básicos, como o acesso à educação, que fica mais conhecido entre as ações afirmativas devido às cotas nas universidades e sua importância no contexto brasileiro de transformação da realidade por meio dessa política. Reivindicada pelo movimento negro à população negra e que em suas movimentações políticas foi estendida a mais pessoas.

Visto que as ações afirmativas também atuam de forma a redistribuir bens “em favor de coletividades discriminadas e indivíduos que potencialmente são discriminados, podendo ser entendida tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos” (Daflon, Feres Junior, Campos, 2013, p. 306). Políticas essas que na realidade brasileira se tornaram realidade somente a partir da redemocratização do país, e que questionam a forma de construção de saber das universidades tendo origem apenas no conhecimento hegemônico (Silva, 2015) e reivindicam a educação como um direito e não como resultado de mérito ou da dita meritocracia. (Souza, D. H., Rocha, D. G., 2022).

Como já dito por Bento (2016), que a realidade de pessoas negras no Brasil está extremamente relacionada à branquitude, é importante questionar e transformação a concepção do que se acredita ser o mérito, pois “muitas vezes aquilo que orgulhosamente classificamos como mérito está, na verdade, marcado também pelo privilégio, ou seja, numa sociedade racializada, ser branco sempre faz diferença”. (Bento, 2016, p. 165)

De modo que a criação de políticas afirmativas como as cotas nas universidades que posteriormente foi tornada lei, já eram discutidas por Abdias do Nascimento. A instituição de leis como a que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, e mais recentemente a instituição de reserva de vagas de 20% para pessoas negras nos concursos públicos. Todas essas vitórias apontam para a importância do movimento negro, que tem como características ser político e educador (Gomes, 2017).

Todas essas lutas travadas e desafios não deixam de existir mesmo com as vitórias alcançadas. Pois sabemos que a vida em sociedade é dinâmica, e assim como existem atores que lutam pelos direitos das pessoas negras, existem as lutas contra esses direitos e essas pessoas, em modificações que vão se atualizando também para manter seus privilégios, para a retirada de direitos, que fazem parte do sistema capitalista que vivemos.

E é sempre necessário questionar a ideia de que uma pessoa que tem direitos nessa sociedade se confunde com uma pessoa que tem condições de ser consumidora. Dessa forma, o sistema busca cooptar signos e sinais que antes representavam um povo. Assim, a luta e a consciência de pessoas negras e movimentos negros organizados segue sendo necessária para que possamos avançar nas buscas por direito e humanidade, humanização (Gomes, 2019).

1.1 E essa periferia?

Existe uma divisão espacial bem delimitada das cidades no Brasil que é decorrente da construção histórica do país, sendo é mais um elemento da sociedade desigual, que tem suas origens no passado colonial do país (Theodoro, 2022). Milton Santos (1965) fala de como a organização das cidades conta dessa trajetória histórica, política e econômica. E que só a partir dessa análise é possível que haja uma mudança real dessa realidade.

A ideia de um Brasil moderno, de cidades novas nunca contou com a presença de pessoas negras. O que se teve sempre foi um projeto de ‘higienização’ das cidades, que precisavam passar por esse processo de retirada das pessoas negras, e de presença de mais pessoas brancas, do

embranquecimento, como ficou conhecido. A organização das cidades excluía de toda forma as pessoas negras, deixando com que se organizassem em formas de sobrevivência, que precisam ser analisadas para que a realidade seja contada por um prisma real (Theodoro, 2022).

Aqui se pode entender que a população negra foi alijada e deixada à margem, ao mesmo tempo que é caracterizada por essa violência que sofre, em que ser periférico e morador de regiões à margem do centro, que é ocupado por pessoas brancas, é sinônimo de serem as pessoas descartáveis e perigosas (Theodoro, 2022; Gonzalez, 1984). Mas existem outras significações e reinvenções a partir dessa localidade.

Subjetividade periférica é um termo cunhado pelo sociólogo Tiarajú D’Andrea (2013) que trata dessa concepção de não entender a periferia apenas como uma característica espacial, de localidade, que é definida apenas como estar à margem do que é central. Nem que é resumida a considerar local onde residem pessoas que são pobres, negras e tem condições financeiras difíceis. Mas se trata de uma “subjetividade por meio de uma intensa luta para se colocar no mundo e se perceber por meio do *orgulho* e não do *estigma*”. (D’Andrea, 2013, p. 14).

Dando continuidade a essa concepção, a subjetividade periférica então seria uma realidade que se constitui em oposição às ideias formais de periferia, sendo então uma compreensão de periferia no sentido de que ela também é formadora de opinião, de novas formas de falar. Essa formação coletiva é criada como formas de dizer e de uma subjetividade que se entende a partir de uma construção coletiva, e também política. (D’Andrea, 2013; Oliveira, 2018).

Da mesma forma que essa nova modalidade de se enxergar a perspectiva periférica tem como um marco a presença artística negra, principalmente representado pelos essenciais e relevantes Racionais MC’s, com sua representação das pessoas da periferia e denúncia sobre a realidade que se apresentava após o período de retomada da democratização do país, ao mesmo tempo que se presenciavam situações de extrema violência nos territórios ao longo da cidade, no caso específico deles, na cidade de São Paulo, mas que tem como relevante seu papel de compor

“um espaço discursivo em que os cidadãos periféricos puderam se apropriar de sua própria imagem, construindo para si uma voz que, no limite, mudaria a forma de enxergar e vivenciar a pobreza no Brasil” (Oliveira, 2018, p. 23).

Nesse sentido, a construção da identidade periférica perpassa pela compreensão de era necessário se sobrepor à ideia de que a realidade brasileira vivia em completa harmonia, nesse retorno aos pós-ditadura. Assim como pensadores e referências negras que denunciaram e denunciam o mito da democracia racial, os Racionais MC's denunciaram essa realidade falaciosa, e apontaram a realidade violenta que vivenciavam, herança de períodos escravagistas e ditatoriais, e as pessoas ‘de bem’ consideravam normal a atuação frente a morte das pessoas de origem periférica (Oliveira, 2018).

É apresentada então a denúncia contra o Estado Brasileiro, e como a sociedade se organizava, ou se organiza. Foi construída, dessa forma, uma concepção de realidade e de coletividade que abarcava as pessoas que viviam e ocupavam a periferia, em oposição àquelas que seriam de outros espaços, favorecidas pela realidade em que viviam, ou por considerarem as pessoas de origem periférica como bandidos (Oliveira, 2018). Até o termo marginal, que tem como significado estar à margem, muda de sentido para um sinônimo de criminoso.

Mesmo com a ideia central e bem reproduzida de que há uma conciliação no país, na dita harmonia entre as realidades do Brasil, o rap³ se apresenta como o resultado do que ficou por fora, do que foi resultado inesperado dessa forma de organização política e social presente no mundo. “como se o gênero tomasse forma a partir dos destroços desse projeto de formação do país, comprometendo-se de modo radical com aqueles que ficaram socialmente relegados às margens de um projeto de integração que nunca chegou a se completar” (Oliveira, 2018, p. 25). É o que diz o verso da música dos Racionais, “efeito colateral que o seu sistema fez”.

³ O RAP que tem origem na cultura hip-hop “aparece como um gênero musical que articula a tradição ancestral africana com a moderna tecnologia, produzindo um discurso de denúncia da injustiça e da opressão a partir do seu enraizamento nos guetos negros urbanos” (Dayrell, 2001, p. 126).

Esse ponto de vista a partir da periferia traz uma nova forma de enxergar a realidade que se desvincula do que era propagado até então, de um senso coletivo de construção nacional. Pois denuncia que todas as pessoas que ali estão, na periferia, que em sua maioria são negras, não fazem parte do processo de construção de uma nação. Assim como as pessoas ex-escravizadas após a abolição não serviam como população interessante para a criação do país, para uma nova identidade nacional. Por isso

“A aposta dos Racionais ... está na construção de uma identidade formada a partir da ruptura com essa tradição conciliatória, por meio da afirmação de uma comunidade negra que se desvincula do projeto de nação mestiça concebida até então. Desde o princípio o rap nacional vai se reconhecer enquanto gênero cantado por negros que reivindicam uma tradição cultural por meio de um discurso de demarcação de fronteiras étnicas e de classe que denuncia o aspecto de violência e dominação contido no modelo cordial de valorização da mestiçagem” (Oliveira, 2018, p. 25).

Há muito que se aprender dessa experiência que tem como referência o rap nacional, e a representatividade de uma identidade periférica onde não se busca uma hierarquia de saberes, mas de apresentação dessas vivências, de denúncia e atenção às realidades vividas pelas pessoas. Seria então o objetivo principal do rap, se aproximar dessa vida e realidade ‘marginal’. Existe a escuta, a participação e as estratégias de ação vão sendo traçadas em conjunto, pela experiência dessa coletividade, não de uma individualidade centralizadora. Todas essas questões são traçadas a partir da experiência e do objetivo de ficar vivo. Que é um desafio (Oliveira, 2015).

CAPÍTULO 2 – REVISITAR A EXISTÊNCIA DO (NÃO) LUGAR DAS PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE

Esta revisão se inicia a partir da busca por entender o que a literatura tem produzido acerca da permanência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade. A partir das pesquisas que ocorreram no segundo semestre de 2023. Foram realizadas buscas nos portais acadêmicos: Scientific Eletronic Library Online – Scielo, Web of Science, Scopus e no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A revisão integrativa, a forma de revisão elencada e utilizada aqui se caracteriza por ser uma das alternativas metodológicas que “proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (Souza, Silva, Carvalho, 2010, p. 102). Para que seja realizada a revisão integrativa, devem ser trilhadas as seguintes fases: “identificação do tema, amostragem ou busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação dos resultados e a síntese do conhecimento evidenciado nos artigos analisados ou apresentação da revisão integrativa”. (Silveira, Galvão, 2005, p. 277).

Essa maneira de revisão tem sido indicada e utilizada como um instrumento importante nas áreas da saúde, pois apresenta condições de trazer à luz pesquisas existentes, sobre variados assuntos e que possam servir de base para a prática profissional, a partir de pesquisas científicas já existentes. E diferentemente da revisão sistemática e da meta-análise, a revisão integrativa possibilita a utilização de diversos tipos de artigos com metodologias diferenciadas na sua elaboração (Souza, Silva, Carvalho, 2010, p. 102).

Ainda sobre a revisão, sua intenção e o que pode abarcar diz da “combinação de dados da literatura teórica e empírica e a adoção de um vasto leque de propósitos (revisão de teorias e evidências, definição de conceitos, dentre outros)” (Alves, Murta, Moreira, 2021, p. 610). De modo que esse tipo de revisão de literatura possa contribuir para a construção de um estudo significativo sobre determinado tema (Souza, Silva, Carvalho, 2010).

Sendo possível notar que “o impacto da utilização da revisão integrativa se dá não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico que a prática diária necessita” (Souza, Silva, Carvalho, 2010, p. 104). Outra intenção da revisão integrativa e da busca dos artigos que a compõem é que estes sejam “analisados e agrupados segundo os pressupostos da pesquisa qualitativa, buscando contemplar as perguntas norteadoras” ((Rizzo, Fonseca, 2019, p. 900).

Os artigos foram selecionados a partir da busca dos seguintes descritores nas bases de dados e o operador booleano: *estudantes negros AND periféricos AND universidade AND permanência; estudantes negros AND universidade AND permanência*. Não foi delimitado um período de tempo específico para as publicações por entender que a presença significativa de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade é uma realidade recente, e a discussão de sua permanência também. Anteriormente, a presença de pessoas negras e periféricas no ensino superior se dava em número muito reduzido.

Para a seleção dos materiais, os critérios de inclusão corresponderam a que os trabalhos selecionados tratassem sobre a permanência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade, bem como a permanência de estudantes negros/as na universidade, para que pudesse se ampliar o número de resultados encontrados na pesquisa. Trabalhos escritos em português, por ser essencial se tratar da realidade brasileira, artigos publicados em periódicos, e de acesso aberto, completo e disponível.

Já os critérios de exclusão corresponderam a artigos que falavam da permanência de estudantes negros/as periféricos/as ou de estudantes negros/as fora do contexto da universidade, que fossem escritos em outros idiomas que não o português, que fossem livros, capítulos de livros, dissertações ou teses, estudos em que a temática da permanência de estudantes negros/as periféricos ou de estudantes negros/as não é central e artigos encontrados duplicados nas respectivas bases de dados mencionadas anteriormente.

A partir da busca nas quatro bases de dados utilizadas, com os descritores e operador booleano *estudantes negros AND periféricos AND universidade AND permanência* não foram encontrados artigos em nenhuma dessas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, Scielo, Web of Science. Na base Scopus a pesquisa foi realizada com os mesmos descritores em inglês e também não foram encontrados resultados.

Com os descritores e operador booleano *estudantes negros AND universidade AND permanência* foram encontrados cinco (5) artigos na base de dados BVS, cinco (5) artigos na base de dados Scielo, zero (0) resultados na base Web of Science e treze (13) resultados na base Scopus, com a pesquisa dos mesmos descritores no idioma inglês. Totalizando, antes da leitura criteriosa dos títulos e resumos, vinte e três (23) resultados.

A partir da seleção mais aprofundada, foram encontrados três (3) resultados repetidos, que foram retirados. Dois (2) artigos foram eliminados por falarem da realidade do ProUni, que não é o foco dessa pesquisa que tem interesse no contexto da universidade pública, e da experiência de estudantes nas universidades privadas. Dois (2) resultados foram excluídos pois se tratavam de um artigo duplicado que tinha como foco estudantes africanos, quatro (4) artigos foram eliminados por estarem no idioma inglês.

Um (1) artigo foi eliminado pois se tratava de estudantes indígenas, um (1) artigo excluído por falar sobre interiorização de universidades, um (1) foi retirado por não falar de forma exclusiva de estudantes negros/as, um (1) foi excluído por falar de estudantes pobres, indiretamente de estudantes negros/as e um (1) que foi eliminado por fazer uma citação curta sobre desigualdades raciais na universidade. A partir dos critérios de inclusão e exclusão, foram lidos ao todo sete (7) artigos e incluídos nessa revisão (ver Figura 1).

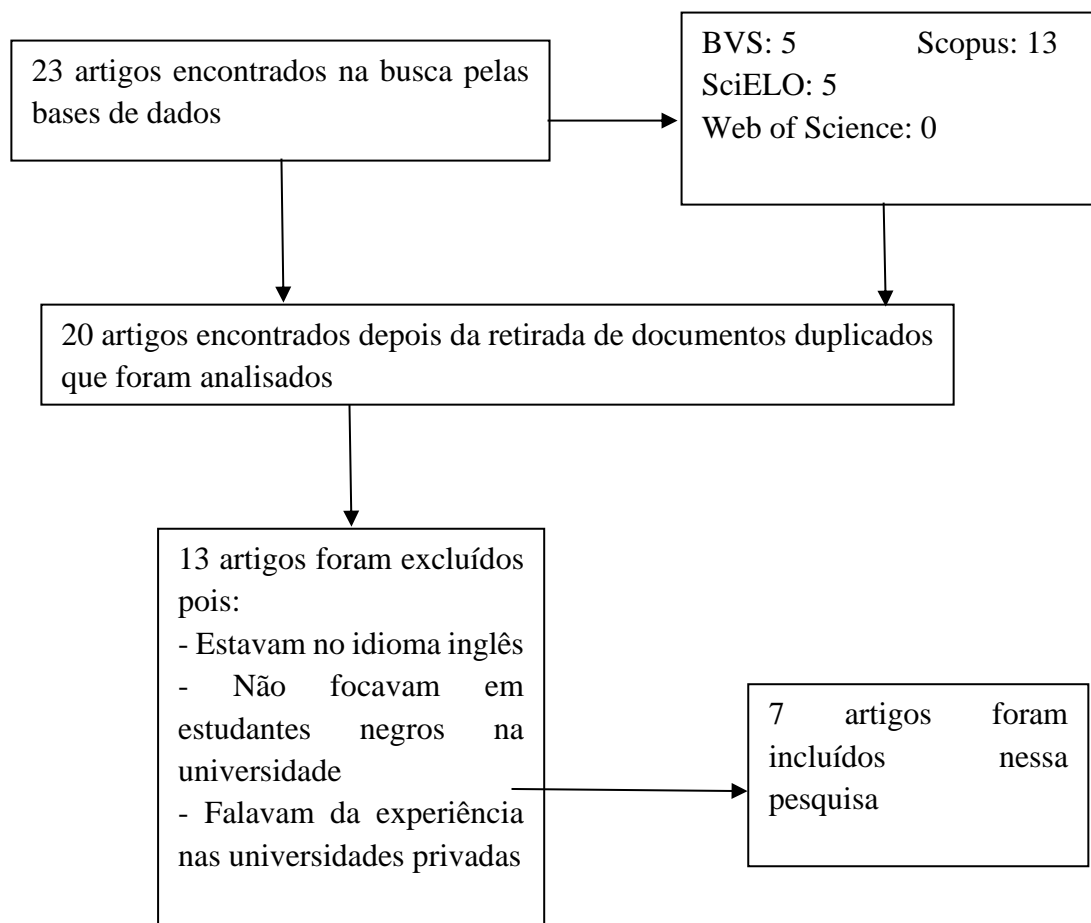


Figura 1. Diagrama do andamento de escolha dos artigos para a revisão.

O levantamento realizado demonstra que existe um crescimento de trabalhos sobre a temática da democratização do ensino superior, das políticas afirmativas ao longo dos anos focando nas populações que historicamente não ocupavam de forma significativa a universidade, como estudantes pobres, negros/as e indígenas. Também importante considerar que a busca realizada que especificava sobre a permanência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade não obteve resultados nas fontes pesquisadas. Consideramos aqui a realidade periférica como parte importante que compõe a subjetividade dessas pessoas e desses estudantes, e que infelizmente não obteve resultados nessa pesquisa.

| Título do Artigo | Autor/a Ano | Referencial Teórico ou Área de atuação | Objetivo | Método | Principais Resultados |
|---|--|---|---|---|--|
| Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras | Evellyn Gonçalves da Rosa Míriam Cristiane Alves, 2020 | Pensamento crítico descolonial | Compreender os movimentos de (re)existência de estudantes negros/as em meio a invisibilidade e o silenciamento impostos pelo racismo e contribuir para uma escuta psicológica qualificada | Entrevistas abertas, gravadas e transcritas com 3 estudantes negros/as de graduação e 1 de pós-graduação | Coletivos negros e a escuta de estudantes negros/as diante do racismo na universidade valorizam sua permanência. Escuta política de psis negras. Desafio para psis brancos/as reconhecerem seu privilégio e violência racial no atendimento de pessoas negras. |
| Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco | Claudia Mayorga Luciana Maria de Souza, 2012 | Perspectiva Psicossocial | Discorrer sobre as políticas de ação afirmativa na universidade pública brasileira, analisando, de forma central, as políticas de permanência | Revisão das ações afirmativas no Brasil, Relatos do projeto da UFMG com estudantes negros e pobres para implementação das políticas de permanência | Políticas de permanência não podem se resumir ao assistencialismo. Promover a atuação de novos personagens na universidade, que provoca e contribui para a universidade democrática |
| Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas | Joana Célia dos Passos, 2015 | Educação | Analisar a cultura acadêmico-curricular e suas configurações derivadas da presença de estudantes negros cotistas no cotidiano da Universidade | Análise dos documentos normativos e os projetos pedagógicos de nove cursos de graduação; questionários aplicados a professores e coordenadores de cursos e depoimentos de | A realidade das universidades é tensionada com a presença de estudantes negros e indígenas. É preciso mudar as estruturas, que passa pelos currículos e acompanhamento de estudantes negros, |

| | | | | | |
|--|---|----------|---|--|---|
| | | | Federal de Santa Catarina | estudantes negras | economicamente e de forma simbólica |
| Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior | Mariluce Bittar Carina E. Maciel de Almeida, 2006 | Educação | Investigar em que medida o sistema de reserva de vagas para negros pode ser considerado uma estratégia de acesso e permanência dos estudantes negros na educação superior | Entrevista com estudantes negros/as que ingressaram na UEMS nos cursos de Direito e Enfermagem em 2004, e análise de legislações e documentos referentes a implementação das cotas da UEMS | Sistema de cotas como ação afirmativa que busca a igualdade de fato, por meio de instrumentos e políticas públicas para a igualdade de oportunidades de populações historicamente discriminadas. Superação da igualdade abstrata e consideração econômica e social |
| O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra | Eugenia Portela de Siqueira Marques, 2018 | Educação | Discutir a afirmação da identidade negra dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas nos cursos de graduação da Universidade Federal da Grande Dourados | Pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas estruturadas. | Políticas afirmativas são êxito na inserção de estudantes negros, mas é preciso pensar e propor situações que valorizem a permanência e fortalecimento da identidade negra, como a participação em NEABs, disciplinas com a temática étnico racial e novas perspectivas de se contar a história negra |
| Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas | Natalino Neves da Silva Adilson Pereira dos Santos Jane Maria dos Santos Reis, 2021 | Educação | Compreender a política de assistência estudantil adotada por três universidades federais mineiras | Estudo qualitativo com levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário aos(as) gestores(as) | O processo de democratização do Ensino Superior está diretamente ligado ao acesso e à garantia de condições materiais e simbólicas |

| | | | | | |
|---|---|--|---|--|---|
| | | | | dessas universidades. | capazes de assegurar a permanência de novas pessoas, negros e negras no Ensino Superior, por meio das políticas afirmativas. |
| Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais | Ana Luisa Alves Cordeiro Daniela Auad, 2021 | Interface de referenciais das áreas de educação, gênero e relações raciais, feminismo negro e lésbico. | Analisar estratégias de resistência de mulheres negras cotistas, lésbicas e bissexuais em uma universidade estadual no Centro-Oeste do Brasil, sob a perspectiva do “não lugar social”. | Entrevista semiestruturadas realizadas com quatro estudantes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS | A estada e trajetória acadêmicas dessas mulheres potencializa o questionamento e a transformação do espaço universitário, além de desafiar as instituições, na direção de efetivarem os processos de democratização da educação superior. |

Tabela 01 - Levantamento Bibliográfico sobre a produção acadêmica com a temática permanência de estudantes negros/as na universidade.

De acordo com os resultados encontrados, foi possível perceber que a maioria das áreas de atuação das/dos autoras/es dos textos correspondem à Educação (Passos, 2015; Bittar & Almeida, 2006; Marques, 2018; Silva, Santos & Reis, 2021). E que em sua maioria foram mulheres a escrever os estudos. Também estiveram presentes as áreas da Psicologia, com foco na perspectiva psicossocial, no pensamento crítico descolonial (Mayorga & Souza, 2012; Rosa & Alves, 2020) e na interface entre áreas como a educação, estudos em relações raciais, gênero e mais especificamente o feminismo negro lésbico (Cordeiro, Auad, 2021).

Foram criadas categorias que sintetizam os temas dos presentes artigos como a) a discussão e instituição das cotas na sociedade brasileira e nas universidades, b) mudanças na universidade e condições para a permanência e c) protagonismos de estudantes e a resistência.

Discussão e instituição das cotas na sociedade brasileira e nas universidades

Adicionalmente, foi possível verificar que a luta pela educação por parte da população negra e por pessoas pobres é uma luta histórica e que o estabelecimento das cotas por exemplo, só foi possível por conta das mobilizações e reivindicações do movimento negro e dos movimentos sociais. E que desde as décadas que antecederam a Lei de Cotas (Brasil, 2012), os movimentos e as mobilizações negras pressionaram as universidades a criar estratégias de inserção de pessoas negras a partir de políticas adotadas por essas.

É sabido também que a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em 2001, em Durban, na África do Sul foi de extrema importância e contava com grande quantidade de pessoas negras brasileiras que reivindicaram que o Estado Brasileiro assinasse acordos de cooperação contra a violência racial também presente no Brasil, e esse compromisso foi firmado com o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. (Silva, Santos, Reis, 2021; Cordeiro & Auad, 2021; Bittar e Almeida, 2006; Passos, 2015; Rosa & Alves, 2020).

Quando da discussão sobre a instituição das cotas raciais no Brasil, e das políticas afirmativas para a população negra, existiram várias as opiniões que foram contrárias a essa política. Argumentos como o de que seria uma atitude anticonstitucional por parte do Estado assumir que a Constituição de 1988 não assegurava o respeito à igualdade, e era contrário as várias formas de discriminação, sendo que estão descritos em lei (Mayorga & Souza, 2012; Bittar & Almeida, 2006).

Opiniões contrárias às políticas afirmativas justificavam que a presença destas teria consequências catastróficas no sentido de colocar pessoas negras e brancas em conflito, o que põe a responsabilidade dessas discussões e desigualdades nas pessoas que buscavam a instituição das cotas. Mais uma vez corroborando com a ideia de uma não existência de racismo, ou de não reconhecimento do racismo como parte estrutural e estruturante da sociedade

brasileira. Argumentos também de que essas políticas seriam desiguais e colocariam em condições de desigualdade as pessoas. Desconsiderando a realidade brasileira e histórica de desigualdades estabelecidas não pelas cotas, mas por seu histórico desigual e desumano, diante do escravismo e das opressões (Moura, 1988).

Argumentos também de que essas ações não resolveriam as diferenças históricas presentes na população brasileira corroboravam a contrariedade de estabelecimento das cotas. Ao mesmo tempo que é sabido que essas políticas foram necessárias para se mudar uma realidade de acesso e que não quer dizer que sejam elas somente as soluções das desigualdades presentes na sociedade brasileira. De modo que existem efeitos positivos dessa iniciativa nas universidades. Pois se estas não tivessem sido tomadas, a realidade brasileira não teria sido modificada, e nem teriam sido avançados vários aspectos que só foram possíveis através dessa democratização de acesso. (Passos, 2015).

Foi percebido que essas discussões sobre a inclusão de cotas raciais nas universidades foram tidas como indigestas na realidade brasileira, pois de certa forma denunciavam de que a sociedade brasileira não vivia em harmonia como poderia se imaginar (Carneiro, 2011), ou se tinha a partir de concepções como as tidas a partir dos mitos como o mito da democracia racial, por exemplo. Como explicita Marques (2018, p. 11), “no Brasil, o mito da democracia racial que prega a igualdade entre todos não é bem assim, uma vez que exalta somente a cultura europeia e inferioriza as demais, inclusive a cultura negra”.

Impõe-se desconstruir que o país era o paraíso das ‘três raças’. E como esse incômodo de se desvelar a realidade foi angariando muitas pessoas contrariadas. É o que descreve tão bem Munanga: “O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos” (Munanga, 2004, p. 89). O que dificulta o processo de reconhecimento e de aceitação dessas denúncias que ocorreram ao longo dos anos.

Um aspecto relevante desse processo é o reconhecimento de que as políticas universais e universalistas do país não davam conta das desigualdades aqui presentes, e que apenas a Constituição e as Leis estabelecidas como tal não resolveriam as demandas e as questões de desigualdades sociais e raciais, sendo só reforçadoras dessas desigualdades, sem as considerar e encará-las de frente em seu cerne, sendo cada vez mais perenizando vantagens de pessoas brancas em relação as pessoas não brancas no país (Carneiro, 2011).

Os trabalhos apontam que diante desse histórico da realidade brasileira, é inegável que essas ações sejam essenciais para a presença mais significativa de pessoas negras, indígenas, de camadas populares na universidade. É o que se pode perceber diante do aumento das pesquisas que tratam da implementação das cotas sociorraciais nas universidades, o que se pode entender que a cada vez mais a produção acadêmica cresceu nesse sentido, sendo produzida também a partir da presença de mais pessoas negras nas universidades e nos âmbitos acadêmicos (Abreu & Ximenes, 2020).

A partir da presença de estudantes negros e negras, como foi percebido que a ausência de estudos que tratassem de estudantes negros/as e periféricos/as, mas ao mesmo tempo, houve um crescimento dos trabalhos que falam dessa vivência e valorizam a escuta de estudantes negros/as, por entender que estes e estas dizem melhor de suas experiências, sendo, em sua maioria, as primeiras pessoas de suas famílias a acessarem o ensino superior. (Abreu & Ximenes, 2020).

Mudanças na universidade e condições para a permanência

Dentre as experiências e estratégias para permanecerem na universidade, as/os estudantes que foram ouvidos/as relataram a importância das políticas financeiras assistenciais, e é importante considerar que a população negra historicamente ocupa as classes econômicas mais baixas, devido também ao histórico de violências e desigualdades que se atualizam presentemente na realidade do país, de seu passado escravocrata e de políticas que favoreceram

historicamente pessoas brancas e descendentes europeias de terem acesso a trabalho, moradia, melhores condições ensino e de acesso a melhores empregos (Mayorga & Souza, 2012; Silva, Santos, Reis, 2021; Cordeiro & Auad, 2021).

Por entender que a relação entre trabalhos de qualidade e mais tempo de acesso à educação, verifica-se que a população negra quase não teve condições em sua história de se locomover para espaços em que favoreciam melhores condições de vida financeira. Por isso a inserção no âmbito acadêmico também dá condições de melhor desenvolvimento financeiro das pessoas. Dessa forma, a importância das políticas financeiras como as bolsas, auxílio transporte e moradia são essenciais para a permanência desses e dessas estudantes na universidade. (Silva, Santos, Reis, 2021; Mayorga & Souza, 2012).

Estudantes negros e negras apontam como suas famílias são essenciais para suas permanências na universidade. O apoio familiar, mesmo que não seja diretamente no auxílio aos estudos de conteúdos e confecção de trabalhos, mas se direciona a famílias que sustentam financeiramente, e também incentivando, diante das dificuldades encontradas diariamente por esses e essas estudantes. Das condições que favoreceram também a permanência de estudantes negros/as foram os grupos e coletivos estudantis, que promoviam discussões e encontros com pessoas e pautas que tratavam das cotas raciais, de relações raciais que também funcionam como pontos de apoio desses e dessas estudantes que fizeram parte das pesquisas nos artigos. (Cordeiro & Auad, 2021).

A universidade tem se modificado diariamente, e essa informação já é sabida, devido a informações como as do IBGE (2019), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes (2018), que relatam sobre a mudança de perfil estudantil das universidades nos mais variados âmbitos. Tendo a tornado mais diversa em sentido ético-racial, de origem econômica, de gênero.

Com relação às famílias desses estudantes negros e negras, é comum a presença de duas

posturas. Famílias que apoiam da forma que podem, não necessariamente com muito dinheiro, pois a maioria delas faz parte da classe trabalhadora e são negras e populares. Há também, como muito se ouve, a realidade de esses e essas novas estudantes serem as primeiras pessoas de suas famílias a entrarem no ensino superior. E como essa vivência é muito diferente da de seus familiares, outra atitude que pode advir das famílias é que o ensino superior não tem como ‘sustentar’ essas pessoas, então é preciso arrumar um emprego e não priorizar os estudos.

O artigo “Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco”, (Mayorga & Souza, 2012), traz uma análise das políticas de permanência na universidade, apontando que o debate tem se cercado em torno do acesso desses estudantes, mas não da permanência dos mesmos. De início, as autoras apresentam o longo percurso que o Movimento Negro trilhou contra o racismo e em busca de reparações e políticas de ação afirmativa para as pessoas negras. Também foi possível observar que vários movimentos e setores da sociedade lutaram para que esse espaço não fosse alcançado e ocupado por pessoas negras, a partir da justificativa de se manter o princípio de isonomia, de igualdade previsto pela Constituição Federal de 1988.

Contudo, percebe-se como uma postura própria da realidade brasileira, de estratégia para manutenção da sociedade como tal, que se caracteriza pelos privilégios aos grupos que são os dominantes e são considerados a elite e a certeza de que os grupos marginalizados não possam acessar espaços de saber, bem como continuem sem a consciência de como essas violências de manutenção da sociedade como está operam (Munanga, 2004).

Posteriormente, as autoras fazem uma reflexão sobre o trabalho realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Programa Conexões de Saberes, uma ação afirmativa voltada para a permanência de estudantes negros e pobres da universidade. Percebe-se, ao longo da análise dos relatos e das experiências dos estudantes, que as histórias se aproximam umas das outras, tendo sempre o preconceito de classe, de origem e o racismo como elementos presentes.

A ideia desrespeitosa da meritocracia é outro elemento marcante nas histórias das e dos estudantes que participaram do projeto, agindo no sentido de incutir nas mentes dos estudantes que fracassos escolares e a falta de acesso a espaços de saber acadêmico são questões individuais, e não sociais/coletivas. Meritocracia que pode ser compreendida como um “sistema baseado no mérito individual que não considera as desigualdades impostas na sociedade” (Caracas, 2021, p. 27). Contudo, os esforços dos próprios estudantes e de suas famílias para alcançar esse lugar de estudante de universidade federal trazem uma consciência de coletividade e da importância de uma rede de apoio.

A realidade então se impõe e contrapõe também com muitos argumentos e pensamentos de pessoas em vários setores da sociedade, e da universidade que não discutem ou não ampliam a compreensão de que a questão dita ‘de mérito’, de bons alunos e alunas seja exclusivamente uma responsabilidade pessoal e que essa ideia ou prática se apresenta como um apoio à exclusão, pois essas “pessoas evitam enfrentar a questão do racismo enquanto sustentáculo de um sistema de privilégios preferindo acreditar que o reconhecimento que recebem é baseado somente no seu mérito” (Bento, 2016, p. 174).

Assim, compreendem e consideram sendo ‘natural’ a exclusividade do ensino superior, e não o compreendem como um direito constitucional. E que as condições de disputa entre concorrentes a vagas nas universidades são, mesmo com o avanço das políticas afirmativas, ainda muito desiguais. E partir da concepção de que há igualdade é um reforço para a não inclusão de estudantes negros/as. (Passos, 2015; Gomes, 2004).

A pressão de ser sempre o melhor, de ter sempre as notas mais altas e de manter o rendimento acadêmico elevado é uma “estratégia de busca de reconhecimento nesse espaço” (Mayorga & Souza, 2012, p. 269). E é reflexo de um espaço extremamente violento que mina as oportunidades de tantas pessoas negras de acessarem esse espaço, que quando existe uma pessoa negra, esta precisa ser a melhor possível, pois também representa toda uma ‘raça’, o que

não acontece com pessoas brancas, por exemplo (Kilomba, 2019).

Essas estratégias ainda não eram o suficiente para lidar com o choque cultural, no preconceito dos e das colegas que se entendem como a norma no espaço. A rotina de estudar e trabalhar como uma realidade para se sustentar financeiramente se torna um impedimento para maior participação em atividades acadêmicas, e a ‘falta’ na formação escolar prévia também atuava como empecilho na participação de grupos de pesquisa e atividades extracurriculares.

Daí, a importância das ações afirmativas e do espaço para que esses e essas jovens pudessem se encontrar, se reconhecer enquanto pessoas com voz e construir um espaço de acolhimento e ressignificação da experiência universitária. Espaços como esses não servem só para acolher, mas mostram a importância de se pensar nos estudantes para além do que é considerado o esperado, que é o branco. É importante vislumbrar uma política de assistência à permanência de jovens estudantes “que supere lógicas assistencialistas e economicistas e caminhe no sentido da promoção de justiça social” (Mayorga & Souza, 2012, p.263).

Silva, Santos e Reis (2021) buscaram compreender de que forma a Política de Ações Afirmativas (PAA) vinham sendo aplicadas em três universidades federais do estado de Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O foco do estudo foi observar de que forma as políticas estudantis implementadas pelas universidades operavam, além de verificar se as mesmas ofereciam suportes materiais e simbólicos para as/os estudantes. Foi então realizado um estudo qualitativo dividido em três partes: levantamento bibliográfico, análise documental e um questionário, que foi aplicado para gestores(as) das universidades mencionadas no artigo.

Ao observar os números apresentados no artigo, que comparam a quantidade de pessoas negras presentes em espaços acadêmicos antes e depois da implantação das políticas de ações

afirmativas - PAA, é perceptível o crescimento dessa população. Porém, o aumento no número de ingresso ainda é insipiente pois, para os autores, o foco principal deve ser a “garantia das condições de permanência, visando ao êxito da trajetória estudantil dos ingressantes dessas políticas” (Silva, Santos, Reis, 2021, p.7).

Foi possível observar que, na UFMG e na UFOP, já existiam programas e departamentos específicos para lidar com os estudantes que ingressassem pelas cotas raciais. Na UFU, a Diretoria de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas (DIEPAFRO) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEAB) ainda lutam para que a universidade reconheça a importância de atenção especial voltada para esse público, além das ações que abarcam estudantes em geral.

Dessa forma, o espaço democrático na universidade, além de ser fruto de lutas incansáveis do movimento negro, do DIEPAFRO, do NEAB e de coletivos de estudantes, é indissociável do direito ao “acesso e à garantia das condições materiais e simbólicas capazes de assegurar a permanência desse novo sujeito, negro e negra, ingressante, por meio das PAA no Ensino Superior” (Silva, Santos, Reis, 2021, p.1).

Protagonismo de estudantes e a resistência

Rosa e Alves (2020) apresentam um trabalho que nasce como uma resposta às dúvidas e aos anseios de uma juventude que clamava por voz, que gritava sem ser ouvida. Sensíveis às falas e demandas apresentadas por essa juventude negra e universitária na escuta psicológica, estudante e professora negras da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) as autoras deste trabalho resolveram pesquisar o tema.

O projeto de extensão “Diz Aí”, espaço onde foram selecionadas quatro estudantes para a pesquisa, corresponde a um ambiente de escuta terapêutica criado para o atendimento específico de estudantes negros/as em situação de sofrimento psíquico provocado pela violência racista, de gênero ou sexualidade. São oferecidos, segundo as autoras, atendimentos em grupo

e individuais. As entrevistas (abertas) foram realizadas com esses estudantes, com uma pergunta disparadora que buscava compreender como cada pessoa se sentia, sendo negro/a e estudante universitário. Cada entrevista foi gravada em áudio e posteriormente transcrita.

A metodologia utilizada no trabalho é qualitativa, partindo de um pensamento crítico descolonial. A análise das entrevistas foi organizada em cinco etapas, que posteriormente resultaram em três eixos temáticos: “a) violência racista e produção de subjetividade; b) (re)existência, permanência e enfrentamento ao racismo na universidade; e c) o “Diz Aí” como estratégia de (re)existência” (Rosa & Alves, 2020, p.5).

Sobre violência racista e produção de subjetividade, as autoras apontam que o racismo próprio da sociedade tem um efeito direto na subjetividade da pessoa negra. É impossível ignorar que ser negro e não corresponder ao ideal imposto resulta em processos de adoecimento, principalmente num ambiente onde a ordem, o roteiro é branco, a meta é a branquitude, “o belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos” (Souza, 2021, p.28). Os relatos colhidos dos participantes endossam isso, apontando dificuldades de serem aceitos/as nos lugares e se relacionarem com pessoas, sempre frutos de ideias e pré-conceitos racistas.

A respeito da (re)existência, permanência e enfrentamento ao racismo na universidade, as autoras retratam o desconforto de ser uma pessoa negra na universidade, e a constante sensação de estar em um lugar que não lhe pertence, que não foi pensado para si – porque, de fato, não foi. Então, como lidar com esse desconforto? Na visão das autoras e dos participantes da pesquisa, aquilombando-se. Criando coletivos, unindo-se a outras pessoas negras, fazendo com que suas vozes, juntas, não consigam mais ser ignoradas (Rosa & Alves, 2020).

Quanto ao “Diz Aí” como estratégia de (re)existência, percebe-se a importância de espaços de identificação, onde as pessoas negras se sintam parte de algo maior, algo que as une, tendo a interseccionalidade como peça-chave na engrenagem. Segundo as autoras, é possível afirmar, portanto, que a juventude negra (re)existe: “em meio à invisibilidade e ao silenciamento

impostos pelo racismo colonial, na medida em que lançam mão de espaços coletivos formados por pessoas negras e buscam o fortalecimento das relações interpessoais e da qualificação acadêmica e política entre iguais”. (Rosa & Alves, 2020, p.11).

Cordeiro e Auad (2021) apresentam uma proposta inovadora diante das muitas pesquisas realizadas na temática pesquisada. As pesquisadoras se propuseram a analisar e investigar quais estratégias de resistência de mulheres negras, utilizadoras de cotas e que sejam lésbicas ou bissexuais. A pesquisa foi realizada em uma universidade estadual no Centro-Oeste brasileiro. Essa pesquisa parte da perspectiva apresentada e nomeada pelas autoras como “não lugar social”, presente nos ambientes e espaços acadêmicos. Esse “não lugar social” coloca mulheres negras, cotistas, lésbicas e bissexuais à margem, tendo que lidar com discriminações relacionadas à cor, sexualidade e gênero.

As autoras realizaram entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres em processo de formação na graduação, entre 2017 e 2018. Para encontrarem as participantes, as autoras obtiveram ajuda do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Além do apoio e auxílio dos membros do CEPEGRE, dois coletivos estudantis da UEMS também foram acionados, com o intuito de encontrar participantes para a pesquisa. Um dos coletivos estudantis é voltado para a temática da negritude, e o outro é voltado para a temática de diversidade sexual. Verifica-se aqui a importância dos coletivos e das organizações negras e de protagonismo desses e dessas estudantes em sua permanência e processo na universidade.

Ao final das entrevistas, as autoras puderam elencar situações e mecanismos que fazem com que as mulheres negras se sintam num “não lugar social”, ou seja, num espaço que as repele, “ao subtender que estas mulheres são incapazes de exercer atividades intelectuais” (Cordeiro & Auad, 2021, p.1). O resultado dessa situação é a busca dessas mulheres por ações afirmativas e coletivos que possam oferecer esse espaço de acolhimento que não é encontrado na

universidade.

Como apontado pelas autoras, a simples “presença das mulheres negras lésbicas e bissexuais quebra silêncios frente ao racismo, ao machismo e à lesbofobia, entre outras violências geradas por preconceitos baseados em gênero, raça e orientação sexual” (Cordeiro & Auad, 2021, p.10). Dessa forma, a união dessas mulheres faz com que elas se fortalecem na luta (que não é individual, e sim coletiva) e se mantenham firme na luta contra o epistemicídio delas mesmas e de suas semelhantes.

Como argumenta Carneiro (2011), o epistemicídio é essa impossibilidade de pessoas negras de serem reconhecidas enquanto construtoras do conhecimento, e ter suas construções nas ciências, nos estudos e nas pesquisas como ignorados, ou apagados, ou ainda subvalorizados, ou tidos numa hierarquia em que os conhecimentos válidos na universidade, na academia como um todo, seguem sendo as de origem europeia, branca, de homens. Servindo mais uma vez para a lógica de embranquecimento dos conhecimentos e de uma expulsão de estudantes negros/as que não se veem no âmbito formal da educação.

Bittar e Almeida (2006) objetivaram analisar e discutir todo o processo de implantação da política de cotas raciais para negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). A partir dessa análise, as autoras se propõem a analisar a medida a nível nacional, partindo do que foi encontrado na pesquisa feita na UEMS. Além de tentar entender como se deu esse processo de implementação de uma política de ação afirmativa tão importante como a política de cotas, o artigo busca entender se o sistema implementado seria uma forma não apenas de fazer com que estudantes negros/as ingressem na universidade, mas que se sintam parte dela e permaneçam nesse espaço, uma vez tendo acessado esse espaço. Sendo a política avaliada no sentido de inserção e permanência.

Os/as estudantes entrevistados/as ingressaram na universidade através do sistema de cotas, no processo seletivo realizado no ano de 2004, para os cursos de Direito e Enfermagem.

Além das entrevistas, as autoras analisaram documentos importantes da época, dentre eles, a legislação do estado do Mato Grosso do Sul responsável pela implantação do sistema de cotas na UEMS, discursos de juízes e reportagens da época no jornal Folha de São Paulo, abordando a temática e a polêmica suscitada por ela.

A análise de dados das autoras mostra que, apesar do incômodo social e dos brados exaltados de determinadas figuras da época, as cotas não prejudicaram, pelo contrário. Os/as estudantes cotistas tiravam notas muito semelhantes às dos não cotistas, demonstrando, assim, a precisão da medida implantada. E refutando os pensamentos e ideias contrárias que se levantavam para argumentar que a qualidade das universidades públicas sofreria gravemente devido a inserção de estudantes cotistas.

Além disso, as entrevistas com os/as estudantes negros/as apontaram que os mesmos compreendiam a política como um direito necessário adquirido. Por fim, os/as estudantes compreendiam que “a permanência nos cursos depende de ações efetivas, por parte da Universidade, como bolsas de estudo e apoio pedagógico” (Bittar & Almeida, 2006, p.141).

Por sua vez, Marques (2018) fala sobre o marco da instituição da política de cotas raciais para pessoas negras, e de que forma essa política interferiu no acesso dessas pessoas à educação superior. Além disso, a autora buscou investigar quais os efeitos dessa política sobre a identidade negra dos/as estudantes que ingressaram pelas cotas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nos cursos de educação física, nutrição, medicina, pedagogia, relações internacionais e sistema de informação. Foram entrevistadas seis pessoas, na faixa etária de 25 a 30 anos.

A metodologia de pesquisa utilizada no artigo foi a pesquisa bibliográfica, além de uma análise documental e, posteriormente, entrevistas estruturadas realizadas com 6 participantes escolhidos/as previamente. Através das transcrições das entrevistas realizadas pela autora, foi possível perceber a relação que cada um/a dos/as entrevistados/as tinha com sua própria

negritude, com a política de cotas e com o espaço da universidade. Há uma pergunta emblemática na entrevista, que versa sobre contar ou não para as pessoas que se fez uso de cotas. Cinco dos entrevistados relatam que contam, sim. Três enfatizaram a autodeclaração, duas relataram que contam apenas se perguntadas e uma diz que não conta.

É possível perceber que, embora a entrada na universidade (e o uso de cotas) não tenham fortalecido a identidade negra dos participantes da pesquisa em um primeiro momento, como aponta a autora, “estudantes negros podem ressignificar e fortalecer seu pertencimento identitário por meio da participação em grupos de pesquisas” (Marques, 2018, p.1) e em espaços onde haja a discussão dessa temática e uma vivência coletiva negra.

Passos (2015), de outro lado, aborda a cultura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), à luz da diversidade promovida pela entrada de estudantes negros no ambiente acadêmico, buscando averiguar se houve alteração na cultura da universidade após esse marco. Inicialmente, a autora traça uma linha do tempo para abordar as ações afirmativas no Brasil, especificamente falando dos espaços acadêmicos e universitários.

No caso da UFSC, depois de dois anos de tensionamentos e diligências por parte do Grupo de Trabalho: Etnia, Gênero e Classe, da Associação dos Professores da UFSC (APUFSC), a política de cotas raciais foi implantada na universidade no ano de 2008. Em 2012, depois de cinco anos de política, averiguou-se que entraram na universidade “5.291 estudantes cotistas, sendo 4.150 de escola pública, 1.132 autodeclarados negros e nove autodeclarados indígenas” (Passos, 2015, p.163).

Os novos e as novas estudantes chegaram, assumiram seus postos e questionaram os paradigmas pré-estabelecidos e a visão estritamente eurocêntrica e branca. Segundo a autora, se colocou uma expectativa sobre os/as estudantes novos/as de que seriam responsáveis e que trariam a diversidade e novos pontos de vista para a academia. Contudo, apesar de a universidade ter ganhado cor, o choque cultural, bem como as diferenças econômicas, geracionais, de gênero

e o racismo foram sendo explicitados por todo o campus.

Ao se perguntar qual seria, então, a função da instituição nessa nova realidade, levando em consideração a entrada de novos/as estudantes, os desafios advindos dessa nova realidade e a construção de um ambiente verdadeiramente democrático, a autora delimitou sua pesquisa. Analisando os currículos acadêmicos de nove cursos de graduação, apenas a Pedagogia (que contava com participação direta do movimento negro) apontava ter discentes negros. Além disso, era o curso com mais disciplinas voltadas para a temática étnico-racial (sete, ao todo).

No que diz respeito aos questionários realizados com professores e coordenadores de curso, apenas um professor não respondeu à pergunta sobre a entrada de alunos negros na universidade via cotas. Os outros foram elogiosos a este processo. Todavia, chamou a atenção o relato de um coordenador de curso, que ironicamente alegava que estudantes cotistas são “abaixo da média” e tentava desmerecer a política, nomeando-a “cotas racistas”.

Ouvindo o depoimento de estudantes negras, a autora percebeu a falta de acolhimento institucional e de suporte que as mesmas vivenciavam e relatavam. Por terem que trabalhar, elas contavam que não tinham tempo para conhecer e explorar esse “novo mundo”, que é a universidade. Além disso, o estereótipo de “aluno ideal” segue sendo masculino, branco, jovem, hétero e de condição financeira estável ou abastada.

Como disse uma das estudantes, “a universidade não está pronta” para lidar com o diferente, afinal, “no imaginário construído socialmente, oportunidades e sucesso escolar não estão para o horizonte da população negra” (Passos, 2015, p.173). Esses são alguns dos principais desafios para as instituições que desejam se comprometer para disponibilizar as condições para a entrada e a permanência com êxito de estudantes negros/as.

2.1. “Viver entre o sonho e a sobrevivência” – Políticas de permanência

Compreendemos aqui a importância dessa mudança institucional que tem acontecido mais firmemente nos últimos anos, em vista de lutas coletivas e políticas afirmativas como a Lei de Cotas (2012). Para além do acesso inicial, que já é revolucionário, buscamos então compreender como e quais políticas tem se atentado à questão da permanência, por entender que a permanência de estudantes negros/as e periféricos/as, que tem ocupado a universidade mais recentemente passa por várias realidades. Dessa forma, é necessário saber como o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (2010) e a legislação específica da Universidade de Brasília sobre a permanência estudantil se articulam à permanência.

O artigo 1º do Decreto de instituição da PNAES descreve a sua finalidade em “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior federal”. Sendo os objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010, par. 2).

Dentre os aspectos que também estão descritos no Programa instituído pelo governo federal à época (segundo mandato do presidente Lula), considera-se que essas implementações devem ser realizadas para estudantes das instituições públicas e federais nos cursos presenciais e que devem estar articuladas às atividades que correspondem ao âmbito da universidade, de ensino, pesquisa e extensão. Que esteja de acordo com a realidade de cada instituição, dos/das

estudantes e que preza pela autonomia das instituições de estabelecerem os critérios de seleção de estudantes, mas que deve priorizar estudantes que tem a renda econômica da família de até um salário mínimo e meio (Brasil, 2010).

Percebe-se então o foco da respectiva política na atenção e intervenção frente as desigualdades socioeconômicas, para que estas não sejam um empecilho na conclusão dos cursos de graduação dos e das estudantes oriundos das camadas econômicas mais empobrecidas, que geralmente são advindos de escolas públicas. Ao mesmo tempo que a política apresenta uma ampliada gama de áreas em que ações do PNAES (2010) devem abranger a alimentação, a moradia, atenção à saúde, esporte, transporte, cultura, apoio pedagógico, creche e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação.

Além da autonomia de estabelecimento de critérios para a seleção de estudantes para além do critério social já descrito do decreto, fica sob responsabilidade das instituições federais o acompanhamento e a efetivação das ações dessa política. A partir da prestação de contas que forem necessárias para o Ministério da Educação e de recebimento de orçamento referente a esse programa, sendo complementado com os valores referenciados para as instituições.

Um aspecto importante a ser considerado é que esse decreto foi publicado no então governo Lula em 2010, que foi caracterizado por ter aderido e agido em vista da ampliação e de acesso ao ensino superior, e contribuiu para a ocupação de mais pessoas diversas no ensino superior. No que fiz respeito especificamente ao Decreto 7.234 de 2010, Recktenvald, Mattei & Pereira (2018) afirmam que “para que o PNAES se consolide como política pública necessita solidificar-se em Lei, uma vez que um decreto é insipiente e condicionado às intenções de governos, que são transitórios” (p. 407).

Diante de um passado recente de um governo que entre vários atos genocidas, corroborou a iniciativa do seu antecessor de retirar verbas de áreas essenciais como a educação, e entendendo

que as universidades também foram atingidas pelos desmandos recentes que ocorreram no Governo Federal do país, desde 2016 (Freitas & Cornélio, 2021) e mais especificamente nos anos de 2019 a 2022, se faz necessária a prontidão e atenção para não se perder nenhum avanço já alcançado e que não fique à mercê dos posicionamentos dos governantes, que como já verificamos ao longo da história, podem ser demasiado prejudiciais às universidades e as populações que mais são atingidas, por já estarem colocadas na vida cotidiana em situações de vulnerabilidade, ou a margem. Sendo parte desse grupo pessoas de camadas sociais mais pobres, que em sua maioria são negras, não brancas, jovens e mulheres.

Recentemente, foi criado um documento pela Universidade de Brasília que corresponde a resolução do Conselho de Administração nº 0025/2023, que em seu primeiro artigo estabelece a Política de Assistência Estudantil (PAES) da Universidade de Brasília – UnB. Corresponde ao Boletim de Atos Oficiais da Universidade, do dia 10/05/2023, sendo assinado pela reitora, entrando em vigor na data de sua publicação.

A denominada PAES – Política de Assistência Estudantil tem como ações norteadoras as voltadas para toda a sorte de atividades, diretrizes e meios que promovam ingresso, permanência e conclusão de curso das e dos estudantes da universidade que se encontram em condições socioeconômicas que dificultam seu processo de permanência e êxito na universidade, com a conclusão do curso. Assim como o Decreto 7.234 (2010) sobre a PNAES, tem foco específico em estudantes que tem sua trajetória escolar oriunda da escola pública e que façam parte do grupo que se encontra em vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar mensal de um salário mínimo e meio. Seus objetivos são:

- I. democratizar a permanência e garantir a formação com qualidade das(os) estudantes da UnB;
- II. promover condições de permanência por meio da minimização dos efeitos das desigualdades regionais, econômicas, sociais, culturais, psicológicas e

pedagógicas das(os) estudantes com equidade na atenção às(aos) estudantes, objetivando o êxito acadêmico;

III. propor e desenvolver serviços, programas, projetos e ações que apoiem o processo de ensino, pesquisa e extensão;

IV. realizar e possibilitar estudos e avaliações para identificar necessidades de melhoria, implementação e/ou modificação de serviços, programas, projetos e ações na assistência estudantil;

V. divulgar de forma transparente e democrática à comunidade universitária as informações sobre o acesso aos serviços, programas, projetos, ações e destinação orçamentária da assistência estudantil;

VI. fomentar a participação das(os) estudantes no planejamento de ações da Assistência Estudantil;

VII. garantir o controle social da Política de Assistência Estudantil. (UnB, 2023)

Os objetivos da referida Política de Assistência Estudantil visam a permanência na universidade a partir de estratégias que vão desde a garantia de uma formação de qualidade, que perpassa pela identificação de que há diferença nas pessoas que ocupam o espaço da universidade, entre os e as estudantes, e que é necessário agir a partir das desigualdades que dificultam a possibilidade de êxito no processo de formação na universidade.

No inciso II, que corresponde ao segundo objetivo da Política, amplia-se o aspecto das desigualdades em que política se atém, considerando então que as diferenças encontradas entre os/as estudantes na universidade vão além de diferenças econômicas, mas existem também as diferenças de origem, de cultura, de bagagem pedagógica, psicológica. Dessa forma, a perspectiva da política se torna mais ampliada e mais bem construída, pois abre espaço para a

compreensão de que há uma gama de questões que atravessam a presença de estudantes na universidade, que tem em seu aspecto socioeconômico uma demanda importante e urgente, mas que não é a única. E que não se deve desconsiderar esses aspectos que compõem uma melhor maneira de assistência de estudantes em vista de sua permanência da melhor forma possível.

Percebe-se então que as diferenças, que em si fazem parte da diversidade humana, põem à prova a estrutura da universidade e da sociedade pois esta sempre considerou formas específicas de ser e estar no mundo como as ditas ‘normais’. Dessa forma, é essencial que as políticas considerem que as diversidades de aspectos de vida das pessoas se somam às suas condições de acessar direitos ou não. Principalmente em sociedades tão desiguais como é o caso da sociedade brasileira (Theodoro, 2022).

Os objetivos quatro, cinco e seis (IV, V, VI) da PAES trazem aspectos muito relevantes no que diz respeito à possibilidade de fazer a análise dessas ações que tem sido realizadas no âmbito da universidade, no sentido de verificar quais medidas tem sido importantes, quais aspectos que são necessários fazer ajustes. Pois é sabido que no processo de estabelecimento de políticas, é necessário que estas sejam revistas para que se possa fazer um melhor aproveitamento do que se tem disponível, seja do valor orçamentário, das pessoas que estão envolvidas no desenvolvimento das ações e as pessoas a quem essas ações são voltadas, para que sejam vozes ativas nesse processo, que tem potencialidade de ser cada vez mais bem executado a partir da participação e da obtenção das informações que a compõem, da lisura na maneira em que são feitas e disponibilizadas, pois faz parte do que se entende como gestão democrática, que pressupõe a participação, a nitidez nos processos como é o foco da universidade.

No que diz respeito ao gerenciamento da política, o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) é responsável por todas as etapas que a compõem. Visando sua construção participativa, é prevista uma comissão específica que deve ser criada para o fim de acompanhamento e gestão da política, respeitando a diversidade de estudantes dos variados grupos minoritários, como é

descrito no inciso V do Artigo 6º da PAES: “a garantia da presença da diversidade dos coletivos estudantis (indígenas, quilombolas, pessoas com deficiências, LGBTs, negros, etc.) dentro da representatividade discente nas discussões, pautas e propostas de encaminhamentos”. (UnB, 2023). Dessa forma, verifica-se a importância de uma construção que tenha uma efetiva participação de pessoas que tenham perspectivas diferenciadas no que diz respeito a uma política que possa abarcar todas as pessoas que necessitam dela, e que sejam não apenas alvos, mas participantes efetivos em suas construções.

Essas ações são de responsabilidade do Decanato de Assuntos Comunitários – DAC e de suas diretorias, que correspondem às diretorias de desenvolvimento social – DDS, à diretoria de atenção à saúde universitária – DASU, à diretoria de acessibilidade – DACES, diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias – DEAC e a Diretoria do Restaurante Universitário – DRU. Sabe-se que a referida política foi aprovada esse ano. É necessário então ouvir as pessoas que precisam ser participantes nesse processo de continuidade de discussão da política e que são o alvo dela, sendo ouvidas e ouvidos para um melhor desempenho e efetividade dessas ações.

Assim como foi encontrado em um dos artigos da revisão, de um projeto de escuta racializada na clínica psicológica, a partir da experiência de estagiária e professora também negras, por entenderem na pele o que é ser uma pessoa negra na universidade (Rosa & Alves, 2020), não se pode perder de vista a grande contribuição do REVIRA – Resignificando Vivências Raciais, criado pela psicóloga Dra. Marizete Gouveia Damasceno e o psicólogo Ms. Igo Gabriel Ribeiro, na Universidade de Brasília⁴.

Um projeto que surgiu da busca de atendimento a estudantes negros com demandas de sofrimentos advindos das violências raciais sofridas na universidade e em suas vidas. A partir do atendimento voluntários desses dois profissionais, foi percebida uma grande quantidade de

⁴ Informações sobre o Revira obtidas no artigo “Vidas negras importam na universidade?” De autoria de Ana Luísa Coelho Moreira (2021).

pessoas em busca desse serviço. Dessa forma, à época com apoio da professora Dra. Valeska Zanello foi possível disponibilizar um estágio em psicologia na área, com a supervisão e grupo de estudos de responsabilidade dos psicólogos negros. Após um período, o projeto ficou sem a professora de referência, e precisou passar por reformulações para continuar existindo.

Para a institucionalização de projetos e iniciativas como esta, é necessário que haja um professor ou professora de referência. Atualmente tendo mais uma professora negra no Instituto de Psicologia, é possível então que haja essa articulação com a Diretoria de Atenção à Saúde Universitária para que essa iniciativa tão importante e revolucionária tenha condições de caminhar da melhor forma possível, mesmo diante das dificuldades que são enfrentadas, como a falta de apoio institucional ou a escassez de professores negros para dar o respaldo necessário.

Mesmo diante desses desafios, e como foi constatado também nas informações obtidas nos estudos aqui apresentados a partir da revisão, é possível verificar que há o protagonismo de estudantes negros/as e periféricos/as que se organizam a partir de ações já instituídas na universidade, mas também por sua potência criativa de realizar atividades e ações que sentem falta. São exemplos de resistência os coletivos criados, as pressões e organizações para que os cursos se interessem pelas temáticas negras e periféricas de interesse, bem como propor novas formas de atuação e referências de conhecimento. Sem que se romantize o sofrimento.

CAPÍTULO 3 - ESCRE-VIVÊNCIAS E RESULTADOS

Com o perdão do trocadilho de que a escrevivência é a escrita que traz a vivência, e que essas duas palavras se juntam para compor a nova. Mas sem pedir perdão pelo trocadilho ou por existir e expressar, de modo que não há incômodo em não fazer parte da norma. Norma como aquilo que é considerando normal “no fundo, através de suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem *é normal* e de quem é que pode representar *a verdadeira condição humana*” (Kilomba, 2019, p. 14).

Escrevivência, termo cunhado pela intelectual, escritora, autora, mulher negra e idosa, brasileira Conceição Evaristo (2007) que define essa forma de escrita a partir das histórias e da perspectiva de vida e do olhar de mulheres negras na realidade brasileira, com todas as suas nuances históricas e desafios que se apresentam a partir do passado colonial e de suas atualizações na discriminação racial, e nas desigualdades oriundas das diferenças de raça, gênero e classe no modo que a sociedade atual se estabelece, se organiza e se perpetua.

Dessa forma, a intenção ao aderir à essa forma de escrita metodológica perpassa o desejo de me colocar estrategicamente ao lado das construções e produções que muitas vezes se encontram à margem das metodologias e teorias consideradas e mais valorizadas no contexto de construção das ciências. Sendo uma metodologia oriunda de uma mulher negra, brasileira, que se apresenta em uma condição diferenciada das construções e origens que historicamente se encontram nos produtores de conhecimento da literatura acadêmica, e na psicologia como um todo. É também a busca de reconhecimento de referências negras como produtoras de conhecimento.

Essa escrita que tem vias poéticas, políticas e que conta a realidade de vivências e de pessoas que normalmente não tem sua voz ouvida. Não por não terem o que dizer, mas justamente por não terem sido ouvidas pois “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (Kilomba, 2019, p. 14).

Aqui se faz o exercício de falar através da escrita, uma escrita que é singular, mas que assim como o conceito da escrevivência sugere e aponta, é uma escrita comprometida com a coletividade, “enquanto falam sobre si, essas narrativas evocam um “nós” compartilhado, escrevivências singulares se entrelaçam e apontam para uma coletividade” (Lima & Oliveira, 2023). Pois mesmo quando falo de mim, falo de nós também.

Sendo que “a produção de Evaristo aponta para o necessário incômodo que a escrita de mulheres negras precisa provocar no interior da produção científica hegemônica, marcadamente branca e androcêntrica, como um sinal da virada epistêmica em que essa produção se insere” (Soares & Machado, 2017, p. 203). Então espero cumprir o que tem na intencionalidade da escrevivência de Conceição Evaristo que

“se propõe a desenvolver a noção de “Escrevivência”, cunhada por Conceição Evaristo, como método de investigação, de produção de conhecimento e de posicionalidade implicada. A escrevivência, em meio a diversos recursos metodológicos de escrita, utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva.” (Soares & Machado, 2017, p. 206).

A minha intenção de estudar nesse trabalho sobre a vivência de estudantes negros e periféricos passa por eu me identificar como uma mulher que é negra e periférica, e que enfrenta vários desafios para estar no espaço da universidade. Diante disso, entendendo que várias realidades se atravessam nessa ocupação de um espaço novo como a universidade. São novas formas de existir, interação com pessoas completamente diferentes, de outras realidades que até então não era comum pra quem estudou a maioria dos seus anos em escola pública. Trago aqui me ancorando na escrevivência de Conceição Evaristo, relatos pessoais e de estudantes negros/as e periféricos/as a quem me relacionei e tive acesso durante o período de dois anos do mestrado. Ao entender que nossas vivências são singulares e dizem de uma vivência coletiva.

E é engraçado ou até mesmo irônico, porque mesmo que eu tenha estudado na graduação em uma universidade privada do Distrito Federal - DF, que foi um desafio também de confrontar com uma realidade tão diferente da minha, ainda assim, parece que a UnB, a universidade pública e federal do DF consegue ser mais distante e diferente. Como se fosse outro mundo, bem distante do que eu conheço, mesmo que nem seja tanto assim na realidade.

As pessoas parecem mais brancas, mais ricas, mais distantes de mim. E essas diferenças são várias, não só na cor e aparência. Mas nas relações estabelecidas com o espaço. Uma vez em uma turma que tinha colegas brancas e legais, elas eram as duas que tinham estudado na UnB, e que uma delas tinha uma relação boa com a universidade, de criação de vínculos, de várias aprendizagens, de uma vivência universitária de liderança, que experienciou e trocou com a gente da turma, para nos ambientarmos na universidade.

Outra amiga, mulher branca de outra origem, que não tinha feito graduação na UnB, mas também se sentia acolhida no espaço da universidade, o que é muito bom. Ela já tinha estudado em outros estados, e vinha de uma região do país que sofre muito preconceito, mas tinha conseguido se estabelecer, não sem muita luta, mas se sentia bem no espaço da universidade. E eu, mesmo tendo morado minha vida toda no DF, em uma cidade periférica daqui que é o Paranoá, das vezes que fui na UnB não me senti assim, como elas.

Ao mesmo tempo que ficava feliz de poder ter visivelmente uma mudança no espaço da universidade pela composição das pessoas, de diferentes tons de pele, estilos, cabelos e roupas, o que dava uma boa sensação de diversidade. Ainda assim o concreto característico da arquitetura do DF, tão comum a mim em tantos anos de vida aqui, e de idas de ônibus para as escolas públicas da Asa Sul, que mesmo sendo públicas, tinham melhor qualidade do que as escolas públicas das cidades periféricas. Mesmo assim, era e é estranho entrar na UnB.

Entrar nas salas então, da psicologia e especificamente da Pós-graduação, onde não me vejo em quase ninguém, senão em uma amiga ou outra, ou duas pessoas, no máximo três em

uma disciplina. Como é difícil se sentir sempre um representante, já que em quantidade não existe a presença de pessoas negras. E os dados tem apontado essas mudanças de presença mesmo, de mais pessoas de origens e cores diferentes, mas mesmo assim é difícil.

Talvez porque a estrutura da universidade continue a mesma. A mesma que tem o desafio de se abrir e encaixar pessoas que exigiram e reivindicaram sua presença a partir de movimentações e mobilizações que remontam os períodos de escravização, dessa violência imposta por povos europeus e perpetuada pelos colonizadores no país que decidiram ampliar suas riquezas através da desumanização das pessoas diferentes, nos lugares ao redor do mundo em que invadiram.

É absurdo e cruel pensar que na história, e que essas pessoas que invadiram povos, em vários espaços ao redor do mundo, são essas as pessoas que são consideradas humanas. Foram essas que cunharam para si a humanidade, e como foram essas que ‘venceram’, o que ficou pra nós foi o relato dessas pessoas e só. Mas como é importante entender que para além do que se fez, se disse e se contou da história do mundo, e do Brasil foi contada por um ponto de vista, e tornou todos as outras formas de enxergar essa realidade como falsas, mentirosas ou fantasiosas. E faz parte do compromisso “da produção escrita de mulheres e homens negras/os por meio da constituição de outras narrativas, plurais e diversificadas” (Soares & Machado, 2017, p.205).

Pode ainda soar estranho fazer uma associação de uma realidade atual, com uma realidade de tantos e tantos séculos. E provavelmente tenham sido dados vários saltos importantes na história que qualificariam essa conexão, mas é preciso dizer que sim, esses emaranhados da história não estão desassociados e explicam muito da realidade que se tem hoje na sociedade, nas instituições.

Mesmo diante dos avanços, resultados de muitas lutas coletivas, é preciso cobrar a atuação das universidades como comprometidas com a mudança de realidade da sociedade brasileira. Quando eu entro na universidade e me vejo em outras pessoas, seja por parecer

fisicamente com elas, ter um cabelo parecido, uma forma de falar ou uma origem geográfica similar, isso me aproxima e me confirma que aquele lugar também é meu. Isso acontece mesmo que eu tenha passado pelo vestibular, tenha tirado uma nota boa no ENEM, ou tenha passado pelo processo seletivo do mestrado na Pós-graduação, é como se fosse mais um aceno para eu continuar. Talvez até mais forte do que a entrada, a vaga em si.

Eu me vejo nesse espaço nas pessoas que trabalham nos serviços gerais e na limpeza da universidade, ou nas pessoas que fazem a vigilância do local. Nem sempre nos professores e professoras, ou em técnicos e técnicas administrativas eu me vejo. Então existe uma incoerência em entrar e não me ver como estudante. Já que, em contrapartida, pessoas brancas se veem representadas em seus pares seja em que sala ou curso for. Se veem nas professoras e nos professores. Se veem nas coordenadoras e coordenadores de cursos, e se veem nas instâncias de cargos altos, como na reitoria.

Se fizermos um paralelo dessa realidade com a criação de Brasília, que foi planejada e instituída pelo então presidente Juscelino Kubitschek, é possível perceber que aqui também a cidade planejada se referia ‘ao avião’. As duas asas, Sul e Norte, o eixo, e toda essa composição que foi pensada como uma cidade modernista, pois o país precisava, segundo seus criadores. E o que temos é que para a criação dessa cidade planejada, vieram mão-de-obra de pessoas nordestinas e negras, que foram convocadas pra trabalhar na construção da cidade.

Essas pessoas então foram se estabelecendo próximas as regiões em que trabalhavam, criando novas vilas, e cidades. Como era de interesse do Estado que viessem para cá os poderes, vieram também funcionários públicos para trabalharem nas áreas planejadas. E os trabalhadores e trabalhadoras que trabalharam duro, foram retirados/as do centro, e tiveram que criar suas cidades longe do que foi planejado, pois ali outras pessoas deveriam ocupar, não essas.

Essa realidade fundante do Brasil e do DF continuam existindo, pois o que se vê é que a região planejada da capital continua sendo habitada pelas pessoas que eram de condições

econômicas elevadas, em sua maioria brancas e com uma boa escolaridade, enquanto as pessoas negras de modo geral, mesmo as que trabalharam na fundação de Brasília, foram ‘convidadas’ a se retirar e tiveram que ocupar outros territórios, e assim as cidades satélites ou regiões administrativas como conhecemos, foram fundadas.

De certa forma, são também criados os territórios periféricos, as cidades periféricas. Pois estão à margem do centro, do que foi planejado, do que é arborizado e tem melhores condições de vida, de lazer, segurança, educação, saúde, trabalho. A Universidade de Brasília, mesmo sendo criada com outros propósitos, nos pensamentos de Darcy Ribeiro, que seria uma universidade aberta, que literalmente não tem muros, e isso conectaria sua realidade com a vivência da cidade. Sinto dizer que essa realidade ainda não se efetivou. Tanto que para a maioria das pessoas que moram nessas regiões periféricas, fica até difícil saber onde é a universidade. Ao invés de sem muros para ser aberta, fica a impressão de que é escondida, pois não é pra todo mundo não.

Outro desafio é o deslocamento até lá. De novo, as pessoas que moram nas regiões planejadas do DF, que são o avião, tem mais facilidade de chegar. Literalmente e figurativamente. Em contrapartida, as pessoas que não moram nessa região precisam pegar, em sua maioria, dois ônibus para chegar na UnB, tomando um ônibus da sua cidade até a rodoviária, e da rodoviária até a universidade. Dependendo de onde se mora, o trajeto de deslocamento é muito grande, e entra a questão da falta de qualidade na mobilidade urbana, onde os ônibus são lotados, muitas vezes se anda em pé nos ônibus, e tudo isso na ida e na volta, o que é muito cansativo.

A vantagem do DF é que aqui, mesmo diante do atual governo que já quis tirar o passe livre estudantil, estudantes conseguem andar de ônibus de graça. O que é um direito também, se comprovado por meio de declaração o vínculo que se tem com a instituição de ensino. Percebe-se que ao longo dos anos, de fato a chegada na UnB tem melhorado, com mais linhas de ônibus

nessa direção. O que para estudantes que andavam de ônibus antigamente na UnB não vivenciaram. Antes, era preciso descer na L2 Norte e caminhar até onde se tinha aula, pois não tinham tantos ônibus que faziam a linha de entrar e circular pela universidade.

Outro aspecto que quero considerar é que a universidade, ao ser questionada pelos movimentos negros e se abrindo para incluir novos estudantes, precisa entender que esses e essas estudantes tem na sua história várias situações que lhes atravessa. Não é ‘só entrar’, que já é um grande desafio na realidade que temos. Se essas pessoas vivenciam situações que são violências raciais, condições de precarização escolar, de acesso às escolas que nem sempre garantem melhor qualidade sendo escolas públicas, de terem uma renda econômica baixa na família. Sendo que fica óbvio que várias situações atravessa a vida dessas pessoas.

Uma vez conversei com uma amiga que disse isso, desse abismo no que se diz das experiências pessoais que são atravessadas por todas essas dinâmicas e violências sociais/raciais/de gênero/classe. Ela passou no vestibular em um dos cursos que tem um dos melhores prestígios de status social. Foi a primeira pessoa da família dela a entrar e a se graduar numa universidade pública federal. Mas pra que ela conseguisse obter o título de graduada, passou por muitas situações de humilhação que demonstravam o tempo todo que ela era uma intrusa no espaço. Colegas que eram em sua maioria brancos/as, de classe alta, que viajavam pro exterior todas as férias, que iam pra universidade de carro, e ganhavam presentes nesse nível.

Enquanto ela, num dos primeiros dias que chegou na universidade, foi até o Decanato de Assuntos Comunitários e pediu os auxílios que fossem possíveis para que ela se mantivesse na universidade. Enquanto seus colegas de curso gastavam 20 reais com uma refeição, ela teria esse valor para passar a semana toda, e geralmente, ficando todos os dias de manhã e de tarde. Enquanto suas colegas iam pra casa tomar banho, trocar de roupa para o turno da tarde, ela precisava ficar pois mesmo tendo passe livre para os ônibus, eles não são ilimitados, e ela gastaria todos os acessos que podem ter num dia. E por andar de ônibus, talvez ela chegasse em

casa já no horário de retornar para as aulas da tarde. O que mostra quantas diferenças existem.

Além de lidar com situações em que professores exigiam o domínio de línguas como o inglês, o alemão e ela sendo estudante toda vida de escola pública e tendo conseguido ingressar na universidade com o auxílio de um pré-vestibular cidadão, não tinha esses conhecimentos. Mais exigências e pesos colocados que a distanciavam do restante da turma, que tinha condições e respaldo em vários níveis para vivenciar a graduação. Em que não é considerada elitista e violenta uma fala dessa por parte do professor, pois a maioria dos e das estudantes ali tem essas experiências e esses diferenciais, pois são de classe alta e nunca precisaram trabalhar pra se sustentar por exemplo, e nunca tiveram que pegar ônibus, ou foram considerados incapazes de acompanhar o conteúdo das aulas.

A intenção que eu tive ao falar de jovens negros/as e periféricos/as é por entender que existem questões que atravessam essas pessoas e que são específicas as suas experiências. Entendendo que todos esses marcadores, seja de raça, de gênero, de classe, a vivência da juventude atravessam essas pessoas. E por entender que quando se fala de jovens negros/as e periféricos na universidade, não se trata apenas de questões de raça e de classe, que tem influência nessa construção e nessas construções subjetivas, mas que falam de uma subjetividade que é forjada nessa experiência periférica.

Quando Neusa Santos Souza (2021) diz do tornar-se negro, de uma decisão que vai além de uma diferenciação imposta pelos brancos e pela sociedade branca, de que se é negro, pois se é uma categoria sub-humana, e o tornar-se negro é uma decisão de ser, de decidir então a partir dessa negritude, ser pessoa e não aceitar as condições que foram impostas e associaram ‘o negro’ à negação de si, entendo que essa articulação também pode ser feita quando se pensa na vivência periférica. Periférico que pode ser definido como mais afastado do centro, à margem, mas que não se define somente por não ser o centro, mas que esses e essas marginais, periféricos e periféricas, se identificam e se denominam a partir de uma valorização do que são, fazendo uma

virada do que seria tomado como negativo para uma outra percepção (D'Andrea, 2013).

Quando se fala de permanência, se diz de um lugar em que se possa fincar raiz, em que se possa estar por mais tempo, de forma que seja participante do lugar em que se está. Permanência não em um sentido estanque, mas de que a partir da presença, possam florescer possibilidades e alternativas para uma marca mais intensa, presente, que leve em consideração vários aspectos daquele/a que a compõe. Permanência como uma realidade de saúde, de frutos, de sequência, de possibilidade de vida.

E como tem sido a permanência de estudantes negros e periféricos? Ela se dá concretamente ou somente com a entrada? Como fazer permanecer de forma a fincar, sem que seja sinal de adoecimento, estar. Estar em um lugar de possibilidades que muitos a que se tem ao redor, no seu lugar de origem, de quem não consegue acessar. E de quem se vira representante, pra quem se diz ou pra quem se quer dizer e representar também na universidade.

A universidade, esse local dito universal, que até pouco tempo não tinha de fato muitos universos além daquele mais normativo, branco, masculino, europeu ou estadunidense. Das classes mais altas, que nunca tratou da maioria da população brasileira a não ser nas pesquisas, nos atendimentos, nesse acesso de 'precisar fazer estágio na região pobre do DF', de atender no serviço público essas pessoas de quem quase não se falou nos anos todos passados de educação formal, ou foi falado só de forma subalterna, hierarquizada, de um lugar no mundo pro outro.

É como se vivesse outro mundo, em que as relações estabelecidas seguem sendo de que pessoas pretas, não-brancas ocupam o lugar de subserviência, de sempre num lugar diferente, de sempre estarem no mundo à serviço das pessoas brancas, pois se estas 'tem as coisas', é porque mereceram, e não porque as instituições, seus ancestrais, todas as pessoas que detêm o poder, que organizam as leis são pessoas brancas, pessoas que veem humanidade em pessoas brancas, que se importam com as pessoas brancas e só.

Pois há humanidade em quem eu reconheço como similar a mim. Quem é diferente é de novo aquele outro, de outra categoria, de outro lugar, um estrangeiro principalmente se não estiver servindo, se não estiver ocupando um lugar diferente do meu. São aqueles em que é preciso perguntar: “Como vocês falam isso?”, remetendo à ideia de que não se fala a mesma língua, o mesmo idioma, não se está no mesmo lugar, não se vem do mesmo lugar e não se sabe das mesmas coisas mesmo tendo a mesma formação. E como é sabido, provavelmente o conhecimento que esse outro tem é menos válido, mesmo que se ‘queira saber’ do que falam.

A vida de uma pessoa vai muito além de um atravessamento apenas. Não só raça, não só classe, não só gênero, mas todas elas e todas as articulações e possibilidades que venham dessas experiências, que são singulares, mas são coletivas. Do tipo, é sabido que às classes economicamente mais pobres é necessário que haja auxílio do Estado para que essas pessoas possam acessar seus direitos, mas o que não quer dizer que seja simples assim acreditar que uma política resolva as situações históricas impostas.

Como acolher uma pessoa que sente que não tem capacidade de produzir conhecimento, mesmo tendo passado pelos processos seletivos que garantem a vaga para o acesso? E não que as expectativas, as preparações, todas as movimentações se iniciem no processo seletivo em si. Podemos considerar que são mais tantos e tantos processos anteriores que caracterizam e perpassam essa experiência de êxito de se conseguir uma vaga em uma universidade pública.

Estar vivo no Brasil depois do desastre em níveis incomensuráveis como a pandemia da Covid-19, sendo pessoa negra no país, em que o caso ‘enigmático’ de a população negra, uma mulher negra, idosa, empregada doméstica ter sido a primeira pessoa a morrer desse vírus no Brasil traduz a nossa realidade histórica e presentificada de tantas formas. Uma mulher, que em meio à pandemia, na época em que ‘estava tudo fechado’ não podia parar, pois precisava servir aos seus senhores (ou patrões? Há diferença?), e que mesmo que o vírus não tivesse se espalhado no país, foi infectada pelos patrões que com certeza foram infectados em uma viagem fora do

país. Quando vale essa vida?

E foram tantos crimes que ocorreram diariamente na pandemia, mas que seguem acontecendo, pois até o planeta não aguentou a forma com que nós, população mundial, mas principalmente os donos do mundo, a população que concentra toda a sua riqueza e a riqueza mundial, que mandam no mundo e matam as pessoas e o planeta. Enquanto ninguém podia parar, o planeta de certa forma parou. Mas muitas pessoas não puderam.

Principalmente as que se deixassem de trabalhar, deixavam de comer. As que não foram liberadas de suas ocupações, tantos os serviços considerados essenciais, como aqueles que não podiam permanecer inertes na realidade de morte, de fome que as e os cercava, e que não é que tenha começado na pandemia, mas que ficou mais evidente nesse período. O ‘fique em casa’ como uma medida preventiva para pessoas que, em seus espaços pequenos, precisavam compartilhar com tantas pessoas de sua família, ou das pessoas que nem casa tinham e tem, como as que vivem em situação de rua. E foram tantas aquelas que precisaram ir pra rua.

Sem dinheiro pra pagar o aluguel, sem emprego, sem condições de se alimentar bem. Tantas situações horrendas e inimagináveis de se pensar num contexto mundial em que se diz produzir mais alimentos do que se consome. E onde ficam esses alimentos, esses produtos? Não chegam a quem precisa para saciar sua fome, sua sede, suas condições mais básicas de existência, ou melhor, de subsistência.

Quantas pessoas puderam parar? Quem eram as pessoas que puderam fazer home office? Qual era a cor e a condição das pessoas que tinham notebook em casa, internet, um espaço para trabalhar, ou estudar? Quem tinha condições de viver de forma segura, na medida do possível, de não passar fome se ficassem em casa e protegessem sua saúde? Em meio a um caos de um representante da instancia mais importante do país sendo abertamente racista, sexista, homofóbico. Contra qualquer pessoa que não fossem sua família, homens brancos detentores do dinheiro do país e do mundo.

É nesse contexto de assassinatos absurdos, desde crianças negras, a homens negros pelas mãos, a negação ou o joelho de pessoas brancas, representantes do Estado como policiais, ou esposas de pessoas importantes e de famílias ricas e tradicionais. Mas se bem pensarmos, essa é uma memória que está marcada na história do Brasil, e com certa frequência traz elementos para remontar essa realidade. E ainda existem pessoas que dizem que é um tempo que passou.

Com essa realidade, faço o processo seletivo pro mestrado, a partir do exercício de sair do lugar, com o auxílio de uma amiga, que senta comigo e me ajuda a colocar no papel a ideia de escrever o mestrado. De colocar no papel um sonho antigo de querer estudar, poder ter novas experiências, e poder contribuir com estudos que se não for por nós, pessoas negras, não aconteceriam. Ou mesmo como diz a Conceição Evaristo, seriam de um outro lugar esse olhar, do olhar da patroa. Me aventuro a escrever de dentro do quarto da empregada, como diz Conceição. De dentro do lugar de estudante negra e periférica.

De dentro da realidade negra, da vivência negra, de tudo o que constrói esse olhar, seja pela experiência e memória ancestral, pelas formas de organização, de reivindicar uma existência que não seria valorizada se não fosse por nós. Mesmo que digam de um identitarismo por parte de negros e negras, mulheres, indígenas, pessoas lgbtqia+, pessoas com deficiência, quilombolas. Se não formos nós a falarmos de nós, sempre haverá uma hierarquia e um olhar não muito novo sobre essas realidades que sempre foram outras para brancos e brancas, donos da história, da ciência, do ângulo em que se conta a história do vencedor do mundo.

A obsessão do governo de extrema-direita e seus apoiadores pela destruição das pautas identitárias e da diversidade revela o quanto elas conseguiram colocar em disputa uma nova leitura sobre o outro e as diferenças no imaginário e nas práticas sociais. As pautas identitárias emancipatórias revelam, ainda, o quanto é potente, quando os grupos que sofrem discriminação devido às suas identidades e diferenças se afirmam politicamente ao se reconhecerem sujeitos de direitos e não

somente meros destinatários das políticas. (Gomes, 2019, 128).

A partir de uma perspectiva que não se sabia em conhecimento, mas de uma experiência coletiva de vida, se busca traçar novos horizontes, e recontar, revisitar pensamentos e trajetórias que pareciam não existir. De pensadores e pensadoras negras, de vários lugares do mundo, de várias origens além da negra que também falam e compartilham da nossa vivência. E principalmente de pensadores e pensadoras negras. Até mesmo na Psicologia, quem diria!

E ao mesmo tempo que ao encontrar pessoas que falam daquilo que sentimos enquanto povo, e que absorvemos enquanto pessoa, é comum ser um trabalho a princípio mais solitário, pois nas salas de aula desde criança se sabe que o normal, ou melhor, a norma é falar de referências nacionais e internacionais importantes, em que o nacional se resume a homens da cor branca e o internacional, a mesma coisa. Principalmente sendo europeus e estadunidenses.

Então é preciso fazer o trabalho de descobrir as pessoas que existem, as pessoas que já estudam e já leem autores negros, autoras negras. Que geralmente são também pessoas negras, que antes estudando sozinhas, buscaram ampliar sua construção a partir de criações conjuntas. Que raramente nascem já institucionalizadas. São antes resposta à postura branca dos espaços em que se encontram, onde não encontram muito de si, dos seus interesses de pesquisa, do que querem ouvir e de quem querem falar.

De qualquer forma, quase sempre se estabelece uma realidade: viver duas realidades. Aquela que é obrigatória nos cursos, nas disciplinas e nos currículos para se conseguir o que é obrigatório no curso, e no tempo alternativo ou em um tempo que precisa ser encontrado, o estudo que faz sentido, e que corrobora para a formação do e da profissional que se pretende ser. Talvez aqui também se encontra a realidade de que pessoas negras trabalham mais que pessoas brancas, mesmo em cargos similares, e mesmo assim, recebem menos.

Mesmo que no caso de ser estudante da universidade, o salário não esteja diretamente

envolvido, apesar de saber que dentre as políticas de assistência, essas de transferência de renda, de apoio econômico de forma direta e indireta contribuem para a permanência e o êxito de suas trajetórias universitárias, é preciso considerar que existe o trabalho, mais uma forma de trabalho para estudantes negros/negras que querem saber de suas referências.

Nem sempre os currículos abordam como literatura obrigatória e colocam pensadores negros e negras no mesmo patamar das referências de homens e mulheres brancas. Dá-se a impressão de que não existem pensadores e pensadoras negras nas mais variadas áreas, mesmo que com os históricos de desigualdade, tenham galgado espaços diversos e aparentemente antinegros, ainda assim é difícil ouvir-lhes ou falar sobre eles e elas.

É difícil também, que mesmo nas oportunidades em que se consegue ler em alguma disciplina, uma literatura negra, que seja proveniente de professores e professoras negras, que são minoria nas universidades. Bem como, a depender da composição das turmas que são em sua maioria brancas, como é na psicologia, que haja uma escuta atenta do que esses autores e autoras tem a dizer. Ou se a leitura desses títulos será elemento para confirmação do que se tem como ideia a respeito do que é apresentado pelo senso comum, que como comum, pode representar pensamentos e ideias da maioria, ou de uma maioria que tem poder de estabelecer ideias, pensamentos, formas de agir.

Quantas vezes, ao trazer referências negras para a discussão, sendo estudantes negros/as, é como se estivesse falando para paredes brancas, muros brancos que não reagem. Uma não escuta, ou um silenciamento que de qualquer forma, parece ignorar o que é trazido. E que na mesma medida, se é falado por pessoas brancas, pela professora branca, existe a prática de escuta. Afinal, além da hierarquia que circunda os espaços entre professores/as e estudantes, há consideração do que se fala, pois ao que parece, essa sim é uma igual.

Das outras vezes, em que se valoriza com frequência certa língua, certa experiência pois o que vem de outros países, a importância de uma língua como a inglesa, de se falar o inglês e

de se ter essa experiência a partir dessas práticas que vão dizer de um lugar de conhecimento valorizado, que tem mais peso, que é imprescindível na trajetória de pesquisa. De pesquisadores e pesquisadoras que tem acesso a esse universo que é possibilitado pela língua inglesa.

Abrindo um recorte da realidade brasileira, em que a maioria das pessoas que estudam em escola pública tem acesso a um ensino básico dessa língua, e enfrentam várias situações que são características da experiência de se estudar em escola pública. E como é um desafio se equiparar a pessoas que tiveram sua trajetória em escolas de boa qualidade, particulares, que já pressupõe essa experiência com outras línguas. Chegar ao mestrado e ainda assim, pressupor condições e conhecimentos que normalmente não são possíveis para pessoas que viveram sua experiência em escola pública parece ser distante de se compreender para certas pessoas que estavam acostumadas a ter estudantes de origens e bagagens culturais que tinham essas características.

É o mesmo do que se diz quando há a crítica de que atualmente, as e os estudantes da universidade não se disponibilizam ou participam como antes de projetos de pesquisa, bem como não aproveitam a universidade. Esse pode ser um conselho de que a universidade tem outras características além da sala de aula, como a pesquisa e a extensão. Ao mesmo tempo que se pensarmos em quem anteriormente e quase exclusivamente ocupava as cadeiras da universidade no lugar de estudantes, é possível supor e entender sem muita dificuldade que há certo saudosismo por parte de alguns professores, de estudantes que podiam ficar o dia todo na universidade. Questiono aqui se há a preocupação nessa queixa, de que esses e essas estudantes que recentemente ocupam o espaço da universidade, tem condições de apenas estudar.

Imagino que sim, que a maioria gostaria de se dedicar aos estudos da melhor forma possível, ainda mais se levarmos em consideração toda a peneira, e os anos de estudo e de esforços coletivos e individuais que foram necessários para que esses novos atores do ambiente universitário pudessem alcançar o nível do ensino superior, que atualmente tem se diversificado,

mas não era assim se olharmos para a história recente das universidades do Brasil.

Se é possível entender que essas pessoas que atualmente também compõem o universo da universidade, que começa a ser de verdade diversa, e que são várias as situações e condições que precisam ser consideradas ações institucionais essa nova presença, é preciso que todas as pessoas que ocupam esse ambiente, se atentem a realidade desses novos/as estudantes, para que a forma organizada que cabia para um grupo característico e específico de estudantes de antes, seja uma exigência para caber novas pessoas, com origens, especificidades completamente diferentes. Saber quem são esses e essas estudantes não é obrigação apenas das instâncias responsáveis pelos estudantes pobres da universidade. Precisa ser uma responsabilidade e um compromisso de todas as pessoas que a compõem.

CONCLUSÕES (OU FINALIZAÇÕES POSSÍVEIS)

O presente trabalho se apresenta como uma pesquisa que ainda está por discutir a questão da permanência de estudantes negros/as e periféricos. Fez-se um esforço de que fossem discutidas as questões que interferem nessa permanência, a partir das lutas coletivas pelo direito à educação e acesso ao ensino superior, as políticas de inserção e também as políticas que estão presentes nas universidades e que tem como objetivo a permanência dos e das estudantes.

É verdade que a questão de jovens negros e negras periféricos/as no espaço da universidade foi brevemente discutida, a partir de relatos principalmente na revisão de como se deu essa experiência que é particular, a partir dos relatos e experiências pessoais, mas também diz de uma realidade e condição compartilhada por muitas pessoas, que cada vez mais tem ocupado as universidades atualmente.

As políticas de assistência foram apresentadas aqui como um caminho possível a serem discutidas como auxiliares nesse processo de permanência estudantil, entendo que os aspectos que interferem nesta extrapolam as questões financeiras, mas que também são elementos importantes para que estudantes negros/as e periféricos possam exercer seu direito de ter condições de se formarem em uma universidade pública de qualidade.

No que tange à saúde mental dessas e desses estudantes, foi feita pouca discussão sobre o assunto, mas é preciso reconhecer que existem ações instituídas que corroboram para esse cuidado, como pode ser encontrado nos artigos da revisão, e também no caso específico da Universidade de Brasília, a existência de uma Diretoria de Saúde Universitária que denota essa preocupação com essa demanda dos e das estudantes. E a importância de ações não universalistas no sentido de compreender e se propor a cuidar da saúde mental da população negra.

Esse estudo buscou compreender a definição da permanência de estudantes negros/as periféricos/as a partir de várias dinâmicas que se apresentam na vivência dessas pessoas na

universidade, que tem entre suas nuances os desafios educacionais, as relações raciais e a presença do racismo nas mais variadas formas, a forma de como se apresentam no mundo a partir de suas experiências coletivas e singulares. Em busca de uma construção de melhores possibilidades de vida, além das limitações advindas dos preconceitos e das violências desse tipo, em vistas de uma emancipação.

Outro aspecto essencial a se compreender é que a permanência é um processo, pois a permanência por si só sem obter êxito em sua formação, por exemplo, também é motivo de sofrimento. Então é necessário que essas condições de permanência se atentem à essa dinâmica que é característica de movimentos saudáveis na vida. Como também as contradições que existem entre os sofrimentos advindos da experiência universitária e as potencialidades e fatores saudáveis dessa experiência de formação profissional que reverberam na vida.

Pois a existência humana tem essas relações de forma não linear, viver é também sentir, sofrer. O processo de vivenciar a universidade traz novas exigências, habilidades a serem alcançadas, mas o desafio então, para que a educação seja emancipadora e se comprometa com a vivência de estudantes negros/as e periféricos na sua entrada, no apoio material, mas também simbólico, de trazer referências negras nas formações, de propor uma educação libertadora das amarras e não a serviço do status quo que põe especialmente essas pessoas em perigo e em condições de sofrimento/violência. De modo que a universidade sendo um lugar que consiga se comprometer a defender os direitos humanos de todas as pessoas e transformar esse espaço nas construções de projetos, disciplinas, cursos, estágios, etc.

O combate ao racismo como resposta à essas estruturas violentas se fazem presentes nos movimentos negros que com sua luta puderam trazer mais estudantes negros/as e periféricos/as para as universidades, e que se estendem a docentes e discentes na universidade, que se organizam em coletivos, batalhas de rap, eventos e propostas teóricas e referências de conhecimento que se originam de vivências que são similares às suas, negras/os, mulheres, periféricas. E que se

propõem à resistência histórica e organizada em vistas de sua humanidade de fato.

Entram aqui ativamente as disputas de visão de mundo, de quais são de fato as intenções das instituições como as universidades, se para a manutenção das sociedades ainda tão desiguais, ou comprometidas com essas mudanças e reconhecimento das diferenças e diversidade como fatores de valência e valorização. E que a noção de equidade e democracia precisam abarcar todas as pessoas na universidade, nessa partilha de bens que são produzidos pela humanidade.

Dessa forma, proponho que haja mais trabalhos que tenham como foco estudantes negros e periféricos, que ouçam suas vivências e que a permanência seja melhor discutida, com mais profundidade e até melhor articulada com as políticas já existentes, de modo que possa contribuir para que a experiência universitária desses e dessas estudantes seja saudável e valorize quem essas pessoas são e que podem ser, sem exigências, violências, pré-conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo a escrita desse trabalho ainda com a certeza de que há muitas coisas por dizer, mas que o que foi possível escrever também diz da minha experiência enquanto pessoa negra, enquanto estudante, enquanto pesquisadora.

Realizar essa dissertação passou pelo processo de confiança de muitas pessoas que me incentivaram a fazer o meu melhor no momento. Sei que ainda é insuficiente para tê-lo completo, mas agradeço a oportunidade de confeccioná-lo. Passei pela experiência de procrastinar essa escrita por muito tempo, que também passou pela minha dificuldade de reconhecer em mim potencialidades para escrever um trabalho científico, acadêmico.

No início desse processo, que óbvio, perpassa por muitas experiências. Mas especificamente minha trajetória na pós-graduação passa pela dificuldade de encontrar disciplinas pudessem me auxiliar a construir um conteúdo negro. Tive a possibilidade de cursar uma disciplina em que a questão racial era central, mesmo em outro programa. E isso foi muito importante. Ao mesmo tempo, que consegui realizar discussões com essa temática mesmo no programa, que a tempo da minha entrada, só tinha meu orientador de professor negro.

De toda forma, alguns professores brancos também trouxeram em suas aulas a presença de autores e autoras negras, de discussões importantes não só pra mim enquanto pessoa negra, mas para a nossa prática profissional e realidade brasileira. Ao mesmo tempo que ainda é solitário e de muita responsabilidade ter que conduzir as discussões e até incitá-las, já que muitas vezes colegas brancas/os não se interessam, ou entendem como uma demanda nossa.

Mesmo com a presença de professoras acolhedoras no processo e de temáticas e perspectivas interessantes, ainda assim, as discussões das relações raciais se tornam muito pontuais. Fica a sensação de um trabalho maior. Desde os desafios de se chegar a esse patamar de educação e o trabalho de subsidiar a pesquisa com outras leituras que não as obrigatórias do programa e das disciplinas, que as vezes dificultam o desenvolvimento da aprendizagem.

De modo que não posso deixar de fora a relevância dos grupos e coletivos negros, que assim como nos relatos de alguns artigos, e na minha experiência foram essenciais e educadores. Nas trocas de referências e discussões que nunca antes tinha presenciado nas aulas, nem na Psicologia. A introdução a intelectuais negros e negras, pensamentos não-hegemônicos e trajetórias de vida que pudessem servir de referência e inspiração. Além das vidas de estudantes ali, nas trocas. Vidas vividas, compartilhadas e valorizadas.

A escolha do professor como meu orientador, sendo ele negro foi também do desejo de valorizar essa vivência que não deve ser fácil. E a gratidão de ter sido escolhida também, e amparada mesmo nas vezes em que dificultei minha experiência na pós-graduação, por não pedir ajuda ou contar como estava a minha situação.

Apesar de ser brasileira, brasiliense, de nunca ter morado em outro lugar, ainda vivo dilemas entre a experiência de pertencer ou não pertencer ao ambiente acadêmico, a Psicologia, à universidade. Acredito que é um exercício de retomada, de ressignificação dos lugares que são feitos pra mim, ou que eu serei também colaboradora da criação desses lugares, se ainda não existem em sua melhor forma. Mesmo com a experiência de viver três semestres em um ano, por conta do ajuste de calendário ainda em período pandêmico, e poder viver a experiência de ter aulas online e presencial, foram motivos de ajustes e desafios.

Sigo com a insegurança e a dúvida se a escrita dessa dissertação pode ser considerada um conhecimento acadêmico de fato, ou se não. Tive pelo menos como intenção e proposta o desafio de colocar as pessoas negras em evidência como referências de construção de conhecimento, de centralidade do conteúdo, que perpassasse todas as linhas, desde o meu coração.

Quero externar ainda a importância de o professor orientador me ver na minha singularidade, respeitar meus desafios pessoais e não me considerar como uma representante da raça, no sentido de que se eu errar, sou um sinal que todos os outros estudantes negros vão agir da mesma forma que eu, tirando assim a possibilidade de outras pessoas de poderem vivenciar a experiência do mestrado em sua vida.

A inspiração a partir de Conceição Evaristo provavelmente não trará a contundência que essa ancestral apresenta ao se expressar, mas de todo modo é um desejo e propor novas linhas de escrita que sejam inspiradas em referências como ela, ainda tão raras na psicologia e na psicologia clínica. E que possam ser caminhos e canais de condução das experiências negras, de mulheres e de pessoas que se sintam comprometidas com a mudança das imagens, principalmente as estereotipadas, sobre suas experiências. Que essas pessoas sejam protagonistas nas novas histórias que possam ser contadas, revisitadas e construídas.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. K. A; Ximenes, V. M. (2020). Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras. *Psicol. Educ.* (50), 18-29. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20200003>
- Alves, C. A.; Costa, E. S. & Castelar, M. (2020). Psicologias Antirracistas: Desafios epistemológicos, metodológicos e ético-políticos. *Psicologia Ciência e Profissão* 40(1),1-5.
- Alves, C. O., Murta, S. G., Moreira, A. L. C. (2021). Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no SUAS. *Revista da abpn*, 13(36), 601-628.
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Alquéres, H. (2007). Apresentação. In: Ratts, A. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/ Instituto Kuanza.
- Andifes (2019) V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>
- Arrelias, L. (2020). Reflexões da clínica gestáltica sobre relações raciais. In: Nascimento, L. C. S. & Vale, K. S. *Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares*. (p.93-109) Paraná: Atena
- Bento, M.A.S. (2016). Branqueamento e a branquitude no Brasil. In: Carone, I. & Bento, M. A.

- Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (p.28-64). Editora Vozes
- Bento, M. A. S. (org). (2016). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Bento, C. (2022). *Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bittar, M.; Almeida, C. E. M. (2006). Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. *Educar em revista*, (28), 141–159.
<https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200010>>.
- Brasil (2001). *Lei nº 10.260 de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm
- Brasil (2003). *Lei nº 10.639 de 2003*. Torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm
- Brasil (2005). *Lei nº 11.096 de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm
- Brasil (2010). *Decreto Presidencial nº 7.234 de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Brasil (2017). Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral da população negra: uma política do SUS. (1ed.) Ministério da Saúde.

Brasil (2019). IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações Demográfica Demográficas e Socioeconômica, *Informativos sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. (Nº 41). Disponível em ><http://www.ibge.gov.br/>

Brasil (2023). IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. *Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022*.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf

Borba, C. A., Silva, F.M. & Rosa, S. Y. S. (2019). Negra e Acadêmica: A solidão no diálogo entre pares no espaço de poder. *Caderno Espaço Feminino*. 32(2), 129-145.

<https://doi.org/10.14393/CEF-v32n2-2019-7>

Caracas, S. R. C. (2021). *Sentidos da permanência: A produção de espaços de escrita para estudantes assistidos pelos programas de Permanência do campus Anísio Teixeira da UFBA* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna.

Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista.

Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud, 8(1), 607-630

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=en&tlng=pt.

Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

Carone, I. (2011). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial

brasileira. In.: Carone, I., Bento, M. A. S. (org). *Psicologia social do racismo: estudos*

sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes.

Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. (Claudio Willer, Trad.) São Paulo: Veneta.

(Obra original publicada em 1950).

Cordeiro, A. L. A, Auad, D. (2021). Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e

bissexuais. *Revista estudos feministas*, 19, 1-13. [https://doi.org/10.1590/1806-9584-](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382622)

[2021v29n382622](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382622)

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da

discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.

<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

Daflon, V. T., Feres Júnior, J., Campos, L. A. (2013). Ações afirmativas raciais no ensino

superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de pesquisa*, 43(148),

302-327. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015>

D'Andrea, T. P. (2013). *A formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia*

de São Paulo (Tese de Doutorado). Departamento de Sociologia da Universidade de

São Paulo, São Paulo.

Dayrell, J. (2000). O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e pesquisa*, 28(1).

<https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100009>

Domingues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*,

12(23), 100–122. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, M. A. (org.) *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, p. 16-21.

Evaristo, C. (2018). *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Palas mini.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Felisberto, F. (2020). Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: Duarte, C.; Nunes, I. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

Freitas, M. S., Cornélio, B. G. (2021). “Nós estamos aqui!”: Uma análise das reações negras, indígenas e populares aos cortes orçamentários nas universidades públicas através de cartazes de protesto. *Confluenze: revista de studi iberoamericani*, 13(1), 170-194.
<https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13091>

Gil, A. C. (2012) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.

Gomes, N. L. (2004). Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação: In: Munanga, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SEF.

Gomes, N. L. (2017). *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.

Gomes, N. L. (2019) A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. *Rev. Perseu*, (17), 124-

- Gonzaguinha. (1980). *E vamos à luta. Raízes do samba*. Rio de Janeiro: EMI Records.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro: Anpocs, 223-244.
- Gouveia, M. & Zanello, V. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 38 (3), 450-464. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017.5>
- Hall, S. (2006). Identidade cultural e diáspora. *Comunicação e cultura*. (1), 21-35. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2006.10360>
- Hohendorff, J. V. (2014). Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: Koller, S. H., Couto, M. C. P. P., Hohendorff, J. V. (org). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.
- Lages, S. R. C., Tavares, N. O., Santos, S. V., Carvalho, M. A. S. & Maciel, L. F. R. (2014). Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. *Revista de psicologia da unesp* 13(1), 1-10. <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/457/427>
- Lima, M. B., Oliveira, M. R. G. (2023). Desmunhecando e empretecendo a universidade:

- escrevivência de corpos pretos, afeminados e sapatônicos. *Revista de pós-graduação de artes da eba/ufmg*, 13(27). 172-193.
- Mano Brown. (1997). Capítulo 4, versículo 3 (Gravado por Racionais MC's). In: *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Cosa Nostra.
- Marques, E. P. S. (2018). O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista brasileira de educação*. 23, 1-23. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>.
- Mayorga, C., Souza, L. M. (2012). Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Psicologia Política*. 12(24), 263-281.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a06.pdf>
- Mendes, M. M. (2012). Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. *Vivência: revista antropológica*, (39), 101- 123.
- Ministério da Educação (MEC). (2015). Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-leidecotas>
- Monteiro, P. F. C. (2012). Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. *Meritum*, 7(1), 355-387.
<http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/1208>
- Moreira, A. L. C. M. (2021). Vidas negras importam na universidade? O adoecimento psíquico de estudantes negras e negros. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, 13(37),123-150. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1266>.

Moreira, N. M. (2023). *Minha cor, minha existência: vivências de sofrimento psíquico de pessoas negras, um olhar fenomenológico*. (Dissertação de Mestrado).
Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília.

Moura, C. (1988). Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil. *Revista Princípios: Revista teórica, política e de informação*. (15), 3-8.
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/015.pdf>

Munanga, K. (2004). *Estratégias e poéticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP.

Munanga, K. (1996). Facetas de um racismo silenciado. In Schwarcz, L. M., Queiroz, R. S. (org). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp
https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_FacetasDeUmRacismoSilenciado.pdf

Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade. In: Brandão, A. A. P. (org). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói, Eduff.

Oda, A.M.G.R. & Dalgallarondo, P. (2000). Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 22(4), 178-179.
<https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000400007>

Oliveira, A. S. (2015). *O fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Oliveira, A. S. (2018) O evangelho marginal dos Racionais MC's. In: Racionais MC's, *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras.

Oliveira, T. V. (2020). Cota racial na universidade como inclusão étnico-racial. *Revista Educação Pública*, 20, (15), 1-6.

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/15/cota-racial-na-universidade-comoinclusao-etnico-racial>

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2018). Mental health: strengthening our response.

<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/mental-healthstrengthening-our-response>

Passos, J. C. (2015). Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações

afirmativas. *Educação em revista*, 31 (2), 155-182. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698134242>.

Ratts, A. (2007). *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial /Instituto Kuanza.

Recktenvald, M., Mattei, L., & Pereira, V. A. (2018). Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior (campinas)*, 23(2), 405–423.

<https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200008>

Rizzo, T. P., Fonseca, A. B. C. (2019). Concepções e práticas de educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira. *Rev eletrônica comun inf inov saúde*, 13(4), 896-910. <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1649>

- Rosa, E. G., Alves, M. C. (2020). Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras. *Psicologia: ciência e profissão*, 40, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>.
- Sampaio, R. F., Mancini, M. C. (2007). Estudo de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev. bras. fisioter.*, 11(1), 83-89.
- Santos, B. S. (1996). Por uma pedagogia do conflito. In: Silva, L. H., Azevedo, J. C. (org). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina.
- Santos, M. (1965) *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & sociedade*, 26(1), 83–94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Silva, P. C. P. (2015). Ações afirmativas na universidade: política pública em educação para a população negra. *EccoS*, 36, 185-196.
- Silva, N. N.; Santos, A. P.; Reis, J. M. S. (2021). Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. *Educ. soc.* 42, 1-19. <https://doi.org/10.1590/ES.254841>
- Silveira, R. C. de C. P., Galvão, C. M.. (2005). O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman: a busca de evidências. *Acta paulista de enfermagem*, 18(3), 276–284. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002005000300008>

- Soares, L. V., Machado, P. S. (2017). “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em psicologia social. *Psicologia política*, 17(39), 203-219.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>
- Souza, M. T., Silva, M. D., Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 202-206. <https://doi.10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Souza, D. H.; Rocha, D. G. (2022). Saúde da população negra: ações afirmativas e branquitude docente nos cursos de graduação da saúde. *Trabalho, educação e saúde*, 20, 1-18.
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs746>
- Tavares, B. (2020). A importância das ações afirmativas para cotistas negros/as como estratégia contra o adoecimento mental e suicídio. *Revista Fórum Identidades*, 31(1), 13-25. <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/14796/11123>
- Theodoro, M. (2022). *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- UnB (2023) Site Institucional.
https://sei.unb.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=10849229&id_orgao_publicacao=0

ANEXO 1

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es

APUFSC – Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

CA – Centro Acadêmico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPEGRE/UEMS - Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia

CRP 01 – Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal

DAC – Decanato de Assuntos Comunitários e de suas diretorias, que correspondem às diretorias

DACES - Diretoria de Acessibilidade

DASU – Diretoria de Atenção à Saúde Universitária

DDS – Diretoria de Atenção à Saúde Universitária

DEAC - Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias

DF – Distrito Federal

DIEPAFRO/UFU – Diretoria de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia

DRU – Diretoria do Restaurante Universitário

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAPDF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

FICA/UnB – Fortalecimento Interno da Comunidade Acadêmica da Universidade de Brasília

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LACRI/UnB - Laboratório de Estudos Afrocentrados em Relações Internacionais da Universidade de Brasília

MEC – Ministério da Educação

NEAB/UFPR – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná

NEAB/UFU – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Uberlândia

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAA – Política de Ações Afirmativas

PAES/UnB – Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

Pré-Pós- UFPR - Projeto de Formação Pré-Acadêmica na Pós da Universidade Federal do Paraná

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

REVIRA – Resignificando Vivências Raciais

SciELO – Scientific Electronic Library Online

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP -Universidade Federal de Ouro Preto

UFPEl – Universidade Federal de Pelotas

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UnB – Universidade de Brasília

ANEXO 2

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01 - Diagrama do andamento de escolha dos artigos para a revisão ----- página 27.

Tabela 01 - Levantamento Bibliográfico sobre a produção acadêmica com a temática permanência de estudantes negros/as na universidade ----- página 30.